

ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO GABINETE DO PREFEITO

www.sumidouro.rj.gov.br

Sumidouro, 14 de abril de 2014.

Mensagem no. 006/2014.

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Sumidouro

Vereador Rondineli Tomaz da Costa

Senhor Presidente,

Tenho a honra de submeter à elevada consideração dessa Egrégia Casa Legislativa o anexo Anteprojeto de Lei, que trata das metas, prioridades e diretrizes da Administração Municipal referente ao exercício financeiro de 2.015, materializadas nos diversos dispositivos e anexos que seguem com o presente Anteprojeto.

Neste contexto, em conformidade com os dispositivos contidos na CF/88, na citada Lei Federal nº. 4.320/64, na Lei Orgânica do Município e no Regimento Interno desta Colenda Casa de Leis, solicito respeitosamente que o referido projeto, seja apreciado, e, conforme solicitação desta Casa, que o mesmo receba parecer favorável das Comissões e a aprovação pelo Plenário.

Atenciosamente,

Juarez Gantalves Corguinha Prefeito Municipal



Inclua-se na Ordem do dia da Sessão Ordinária de 28/04/2014.

Sumidouro, 15 de abril de 2014.

RONDINELI TOMAZ DA COSTA PRESIDENTE

Conforme despacho do Excelentíssimo Presidente, na 22ª Sessão Ordinária, fica aberto o prazo de 10 dias para apresentação de emendas pelos Senhores Vereadores, findo o decêndio o Projeto de Lei será encaminhado a Comissão de Finanças e Orçamento para emissão de parecer no prazo regimental.

Sumidouro, 28 de abril de 2014.

VIVIANE DE PAIVA MARQUES VELLUDO SECRETÁRIA- GERAL

republishe



Findo o decêndio sem apresentação de emendas pelos Senhores Vereadores, nesta data abro vista do processo a Comissão de Finanças e Orçamento para emissão de parecer no prazo regimental.

Sumidouro, 10 de maio de 2014.

MILLANE DE BANZA MAROLII

VIVIANE DE PAIVA MARQUES VELLUDO SECRETÁRIA- GERAL

Nesta data junto ao processo o presente parecer da Comissão de Justiça e Redação, que se encontra dentro do prazo legal.

Sumidouro, 22 de maio de 2014.

repullude

VIVIANE DE PAIVA MARQUES VELLUDO SECRETÁRIA- GERAL

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO PROJETO DE LEI Nº. 012/2014

AUTOR: PREFEITO MUNICIPAL DE SUMIDOURO

OBJETO: ESTABELECE AS DIRETRIZES PARA AS METAS E AS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, INCLUINDO AS DESPESAS DE CAPITAL, ORIENTANDO A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA, DISPONDO SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Trata-se do Projeto de Lei nº012/2014, de autoria do Chefe do Executivo Municipal de Sumidouro que estabelece as Diretrizes para as Metas e as Prioridades da Administração Pública Municipal, incluindo as Despesas de Capital, Orientando a Elaboração da Lei Orçamentária, Dispondo sobre as Alterações na Legislação Tributária, para o Exercício Financeiro de 2015 e dá outras providências.

Este é o Relatório.

A Constituição Brasileira de 1988 e a Constituição do Estado do Rio de Janeiro em seus artigos determinam a competência exclusiva que tem o Executivo da iniciativa das Leis Orçamentárias.

Do ponto de vista político, o Orçamento sempre constitui forma de controle da Administração que por seu intermédio fica adstrita à execução das despesas no período e nos limites estabelecidos pelo Legislativo.

O Relator do presente parecer, entende que o projeto deve ser aprovado, posto que atende as principais necessidades do Município.



Sumidouro, 19 de maio de 2014.

HAROLDO SURATY GONÇALVES

VEREADOR PRESIDENTE DA COMISSÃO E RELATOR



PARECER CONCLUSIVO DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

A Comissão de Finanças e Orçamento reunida para apreciação do Projeto da Lei nº. 012/2014 de autoria do Chefe do Executivo Municipal de Sumidouro que estabelece as Diretrizes para as Metas e as Prioridades da Administração Pública Municipal, incluindo as Despesas de Capital, Orientando a Elaboração da Lei Orçamentária, Dispondo sobre as Alterações na Legislação Tributária, para o Exercício Financeiro de 2015 e dá outras providências, aprova o parecer emitido pelo Relator e emite parecer **FAVORÁVEL AO PROJETO**, recomendando ao Soberano Plenário sua APROVAÇÃO:

Sumidouro, 21 de maio de 2014.

HAROLDO SURATY GÓNÇALVES
VEREADOR PRESIDENTE DA COMISSÃO

WENDEL LEAL DO CANTO VEREADOR MEMBRO DA COMISSÃO

WANDERLEI DE LIMA SILVA VEREADOR MEMBRO DA COMISSÃO



Nesta data abro vistas do processo ao Presidente RONDINELI TOMAZ DA COSTA.

Sumidouro, 22 de maio de 2014.

VIVIANE DE PAIVA MARQUES VELLUDO SECRETÁRIA- GERAL

Inclua-se na Ordem do Dia da próxima Sessão Ordinária, em pauta única, para 1ª Discussão e Votação.

Sumidouro, 22 de maio de 2014.

RONDINELI TOMAZ DA COSTA PRESIDENTE



Certifico que o presente Projeto de Lei apreciado em 1ª discussão e votação, foi aprovado por unanimidade dos Vereadores na 29ª Sessão Ordinária.

Sumidouro, 26 de maio de 2014.

VIVIANE DE PAIVA MARQUES VELLUDO

SECRETÁRIA- GERAI

Inclua-se o presente Projeto de Lei na Ordem do Dia, em pauta única da próxima Sessão Ordinária para 2ª Discussão e Votação.

Sumidouro, 26 de maio de 2014.

RONDINELI TOMAZ DA COSTA

PRESIDENTE



Certifico que o presente Projeto de Lei apreciado em 2ª discussão e votação, foi aprovado por unanimidade dos Vereadores na 31ª Sessão Ordinária.

Sumidouro, 02 de junho de 2014.

VIVIANE DE PAIVA MARQUES VELLUDO SECRETÁRIA- GERAL

Remeta-se a Lei nº 1087/2014 originária do Projeto de Lei nº 012/2014, aprovado na 31ª Sessão Ordinária, ao Chefe do poder Executivo, para que sejam adotadas as medidas cabíveis elencadas no art. 49 e seus parágrafos da Lei Orgânica Municipal.

Sumidouro, 02 de junho de 2014.

RONDINELI TOMAZ DA COSTA PRESIDENTE PROJ. DE LEI No.012, de 14 de ABRIL de 2014.

Estabelece as Diretrizes para as Metas e as Prioridades da Administração Pública Municipal, Incluindo as Despesas de Capital, Orientando a Elaboração da Lei Orçamentária, Dispondo sobre as Alterações na Legislação Tributária, para o Exercício Financeiro de 2015 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SUMIDOURO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL aprovou e, eu sanciono a seguinte Lei:

Das Disposições Preliminares

Art. 1° - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, ao art. 177, II da Lei Orgânica do Município de Sumidouro e em conformidade ao disposto na Lei Complementar nº 101/00 – LRGF – Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal as diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos do Município para o exercício de 2015, compreendendo:

 I – as Prioridades e as Metas da Administração Pública Municipal para o Exercício Financeiro de 2.015;

II - das Metas e Riscos Fiscais;

III – a Estrutura e Organização dos Orçamentos;

IV – as Diretrizes Gerais para a Elaboração e Execução dos Orçamentos do Município, a Responsabilidade na Gestão Fiscal e os aspectos relevantes da Receita e da Despesa;

V – as disposições relativas à Dívida Pública Municipal;

 VI – as disposições relativas às Despesas com Pessoal e Encargos Sociais;



Estado do Rio de Janeiro PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO

 VII – as disposições sobre a Receita e as possíveis alterações na Legislação Tributária do Município para o exercício correspondente;

VIII – as disposições relativas as Transferências Voluntárias;

IX – as disposições finais;

CAPÍTULO I

Das Prioridades e Metas da Administração Pública Municipal

Art. 2º - A LOA – Lei Orçamentária anual de 2.015 deverá estar compatibilizada com o as Prioridades e Metas desta Lei.

§ 1º - As metas físicas detalhadas para o exercício financeiro de 2015 estão devidamente especificadas no Anexo Único que acompanha a presente lei, observando preferencialmente as seguintes prioridades em um escopo sintético:

I - DESENVOLVIMENTO URBANO

- a) Promover a melhoria da qualidade de vida e saúde da população, implementando as transformações no cenário urbano, através da elaboração de políticas municipais de habitação, saneamento e preservação do meio ambiente;
- b) Implementação e intensificação de programas, conjugando ações nas áreas de pavimentação, iluminação pública, limpeza urbana, manutenção e recuperação de áreas públicas e transporte público;
- c) Promover sempre que possível, através de um planejamento estratégico, ações voltadas para a implantação de uma infraestrutura rodoviária que atenda as necessidades do Município, compreendendo as zonas rural e urbana.
- d) Implementar sistema de Coleta Seletiva de Lixo no Município, buscando com tal política, minimizar os problemas causados pela má destinação dos resíduos urbanos.
- e) Promover a manutenção periódica dos prédios da Administração Pública, através de reforma e revitalização.
- f) Promover estudos econômicos de criação de indicadores de conjuntura para o Município de Sumidouro de forma a subsidiar o estabelecimento de diretrizes socioeconômicas em conjunto com as instituições representativas no Município, Estado e Governo Federal;
- g) Executar a política nacional de proteção e defesa civil em âmbito local e as atribuições previstas nos artigos 8º e 9º da Lei Federal nº 12.608/2012 (Estatuto da Proteção Civil), para se adequar aos requisitos previstos em lei para transferências obrigatórias de recursos da União ao Município para execução de ações de resposta e recuperação;



 h) Promover a geração tecnológica em alto nível de dados complementares às previsões diárias do tempo em nosso Município, para atendimento às comunidades que vivem em áreas de risco;

II - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

- a) Implementar políticas de desenvolvimento que possibilitem o incremento das principais atividades econômicas do município;
- b) Promover a recuperação e pavimentação de estradas vicinais visando o escoamento da produção rural do Município e incentivar programas de melhoria de produtividade, além de modernização das atividades e qualificação da mão-de-obra;
- c) Incentivar e fomentar as atividades agrícolas, de modo a promover o desenvolvimento do setor, consideradas suas potencialidades e os consideráveis reflexos financeiros que representam para a economia do Município, ao mesmo tempo em que se buscará promover ações de investimento técnico no setor, não obstante o trabalho de consciência sócio-ambiental de desenvolvimento sustentável e de aprimoramento técnico do homem do campo, com cursos de capacitação e demais orientações de ordem profissional conexas às atividades;
- d) Incentivar o aumento da produtividade do setor rural, estimulando e promovendo a cooperação dos produtores locais e intermediando sempre que possível o acesso destes ao desenvolvimento tecnológico;
- e) Estimular a produção e comercialização da produção local, através da realização de feiras e exposições;
- f) Promover a expansão em ao menos 30% da arrecadação municipal referente à DECLAN Agropecuário;
- g) Promover ações que visem necessariamente à utilização racional dos Recursos Naturais Renováveis;
- h) Incrementar a atividade turística, principalmente o turismo ecológico, investindo na recuperação das áreas degradadas e na promoção de eventos;
- i) Estimular sempre que possível, como instrumento norteador de ações de combate ao desemprego;
- j) Promover Programas Sociais de assistência, com ênfase no atendimento de crianças, adolescentes, idosos, portadores de deficiência e em geral aos necessitados (Baixa Renda).
- k) Programas de intensificação e manutenção da segurança através de Guarda Municipal, com ênfase no policiamento comunitário;
- Estimular a implantação de usina de lixo e a formação de cooperativas de catadores e seletores do lixo reciclável, como forma de gerar empregos diretos e indiretos;



m) Conforme o inciso XXV do artigo 3º da Lei Orgânica Municipal, procurar destinar 0,6% (zero vírgula seis por cento) da verba proveniente do FPM para implementação de parcerias com entidades representativas dos produtores rurais, objetivando o seu pleno funcionamento e fortalecimento, obedecido um planejamento prévio de desenvolvimento rural, com base em projetos elaborados por elementos tecnicamente habilitados, sujeitos à aprovação da Câmara Municipal;

III – ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

- a) Implementação de ações que visem a maximização operacional dos procedimentos internos da Administração Municipal, criando meios de controle eficazes que visem inibir os desperdícios;
- b) Reforma Administrativa visando a adequação do Município aos novos preceitos elencados na Lei Complementar nº 101/00, e à agilidade nos procedimentos administrativos, necessários ao bom funcionamento da Máquina Administrativa e ao atendimento à população nas diversas funções de Governo, respeitando sempre aos dispositivos e limitações impostos pela referida Lei;
- c) A Administração Pública deverá promover a melhoria e modernização de seus equipamentos e materiais permanentes em geral, de forma a garantir um bom atendimento à população através dos diversos serviços de competência municipal;
- d) O aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas ao incremento das receitas próprias. Inclui-se a possibilidade de concessão de incentivos fiscais como forma de cooperação entre o poder público e a iniciativa privada, desde que tais iniciativas não sejam agressivas ao meio ambiente e que contribuam para o desenvolvimento ambientalmente sustentável, considerando sempre o impacto de tais concessões no Orçamento do Município e as suas devidas compensações, de forma a se manter o equilíbrio entre as receitas e despesas Orçamentárias;
- e) Buscar a revisão e atualização da Legislação Tributária Municipal;
- f) A Administração Municipal buscará promover a reorganização de seu quadro de pessoal, a alteração de carreiras com a implantação de novos planos de cargos e funções, bem como a criação e readequação de cargos funções e vencimentos, além do realinhamento ou reenquadramento das classes funcionais, sem prejuízo do atendimento às disposições decorrentes de modificações no Estatuto dos Servidores Municipais e demais normas reguladoras da matéria no âmbito municipal;
- g) Planejar, coordenar e executar, por meio das requisições das demais Secretarias Municipais, a aquisição, o abastecimento e o suprimento das necessidades básicas e essenciais ao adequado funcionamento da máquina da Administração Municipal em todas as suas esferas;



IV - SAÚDE

- a) Melhoria das Ações e Serviços de Saúde, articulando ações preventivas e assistenciais;
- b) Recuperar e ampliar a rede de saúde, através de reformas em postos e do Hospital local, otimizando a utilização das unidades existentes;
- c) Informatizar a rede de saúde;
- d) Realizar parcerias, convênios e contratos com entes públicos ou particulares, objetivando a maximização dos serviços de saúde, desde que satisfeitos os tramites burocráticos e respeitados os dispositivos legais pertinentes;
- e) Aquisição de um incinerador e demais equipamentos para disposição final do lixo hospitalar, assim como, de medicamentos em desuso;
- f) Construir ou adquirir imóvel para funcionamento da Secretaria de Saúde e Promoção Social;
- g) Aprimorar a gestão dos serviços de saúde no município, estruturando adequadamente o órgão Gestor da Saúde em todos os seus níveis de atuação. Estabelecer uma política de informação em saúde voltada à construção de uma rede de informações qualificadas, capaz de subsidiar e fortalecer os processos de gestão, de comunicação social, de produção e difusão do conhecimento, da organização da atenção à saúde e de controle social. Assegurar e ampliar a destinação de incentivos financeiros próprios para investimento e custeio das ações de saúde e buscar outras fontes de recursos para investimentos, com o consequente aprimoramento da Gestão propriamente dita;

V - EDUCAÇÃO

- a) Implementar programas na área de educação, com ênfase na melhoria do ensino infantil e fundamental;
- b) Recuperar e Ampliar a Rede Municipal de Ensino, através de reformas nas escolas e construção de novas unidades principalmente aquelas voltadas para o ensino Pré-escolar;
- c) Elaborar e/ou Incentivar Programas voltados para a alfabetização de jovens e adultos;
- d) Reformar e Construir novas creches no âmbito municipal, de acordo com as necessidades locais;
- e) Dar maior amplitude ao processo de informatização da rede municipal de ensino;
- f) Estimular o ingresso de nossos estudantes nas Universidades ou assemelhadas objetivando melhor qualificação de nossos munícipes, desde que cumpridos os limites constitucionais



- pertinentes a aplicação de recursos na educação no âmbito municipal;
- g) Melhorar a qualidade do ensino fundamental, com o objetivo de atingir ou ultrapassar as metas estabelecidas pelo Ministério de Educação para o Ensino Básico;
- h) Apoiar a gestão democrática através do oferecimento de infraestrutura física e de pessoal para o correto funcionamento dos conselhos relacionados à educação pública municipal;

VI – CULTURA, ESPORTE E LAZER

- a) Implementação e difusão de programas culturais;
- b) Desenvolvimento de programas de estímulo às práticas esportivas e de lazer, com especial atenção às crianças e adolescentes;
- c) Promover estudos e projetos na busca de parcerias visando à construção de quadras e/ou centros esportivos;
- d) Incentivo a Sociedade Musical 31 de Dezembro, sediada no Município, através de subvenção.
- e) Promover a Realização de Calendários de Eventos Culturais do Município;
- f) Promover sempre que possível a Divulgação dos Eventos de cunho Cultural do Município nos diversos meios de comunicação;

VII – HABITAÇÃO

a) Implementar através de estudos e projetos e intermediar programas de ofertas de novas unidades habitacionais e/ou infraestrutura, de forma à viabilizar o acesso à moradia digna por parte da população de baixa renda;

VIII – PODER LEGISLATIVO

- a) Reforma geral da parte externa do prédio da Câmara Municipal, bem como da praça anexa;
- b) Otimizar e ampliar a operacionalização de reuniões solenes, específicas, audiências públicas, bem como viabilizar a expansão das rotinas administrativas objetivando a análise de demais projetos de lei, requerimentos de informação, indicações e concessão de títulos e comendas;



Estado do Rio de Janeiro PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO

- § 2º As denominações e unidades de medida das metas do projeto de lei orçamentária anual nortear-se-ão pelas utilizadas na lei do plano plurianual referido no *caput* deste artigo, não obstante a Administração Municipal poder, desde que disponibilizados os recursos (humano e material) necessários, definir analiticamente, as metas e prioridades em unidade de medida ou equivalente, de modo a que se possa melhor avaliar as políticas implementadas, programas, atividades e projetos, através de ato próprio, do Poder Executivo.
- § 3.º Poderá ser procedida à adequação das metas e prioridades de que trata o "caput" deste artigo, se durante o período decorrido entre a apresentação desta Lei e a elaboração da proposta orçamentária para 2015, surgirem novas demandas e/ou situações em que haja necessidade da intervenção do Poder Público, ou em decorrência de créditos adicionais ocorridos, devendo tais medidas constar do PPA 2014 2017.
- § 4.º Na hipótese prevista no parágrafo anterior, o Anexo de Metas e Prioridades para 2015 com as alterações ocorridas será encaminhado juntamente com a proposta orçamentária para o próximo exercício, desde que devidamente evidenciados no Plano Plurianual compreendendo o exercício de 2015.
- § 5.º O Poder Executivo poderá a qualquer tempo, proceder a ajustes nas metas e valores estabelecidos no PPA 2014-2017, em razão da necessidade de inserção de novos projetos e atividades no Orçamento em vigor, de modo a assegurar a compatibilidade entre o referido PPA e o respectivo Orçamento.

CAPÍTULO II

DAS METAS E RISCOS FISCAIS

- **Art.3.º** Integra esta Lei o Anexo de Metas Fiscais, estabelecido para o próximo exercício, em conformidade com o que dispõem os §§ 1.º e 3.º do art. 4.º da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000.
- § 1º. A elaboração do Projeto de Lei e a execução da Lei do Orçamento Anual para 2015, deverá levar em consideração o disposto no art 4 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, estabelecendo nos diversos Anexos que são parte integrante desta lei, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da divida publica para o exercício de 2015, em conformidade com a Portaria nº 587 de 29 de agosto de 2005-STN e demais portarias que regulam a matéria.
- § 2º A avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior, compreendendo o Demonstrativo II Avaliação das Metas Fiscais do Exercício Anterior, bem como o comparativo em relação a exercícios anteriores, compreendendo o Demonstrativo III Metas Fiscais Atuais

Estado do Rio de Janeiro PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO

Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores devem constar da presente lei.

Art.4.º - Estão discriminados em anexo que integra esta Lei, os Riscos Fiscais, onde são delineados os montantes destinados à cobertura de possíveis passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.

CAPÍTULO III

Da Estrutura e Organização dos Orçamentos

Art. 5° - Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado, sempre que possível, por indicadores estabelecidos no plano plurianual;
- II Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
- III Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;
- IV Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.
- § 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.
- § 2º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a portaria nº 42, de 14 de abril de 1999 e demais dispositivos supervenientes, reguladores da matéria, do Ministério do Orçamento e Gestão.
- § 3º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais.

Art. 6° - A LOA – Lei Orçamentária Anual conterá :

I - O OF - Orçamento Fiscal:



- II O OI Orçamento de Investimento;
- III O OSS Orçamento da Seguridade Social.
- § 1º: Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos fundos, órgãos e demais entidades da Administração direta e indireta do Município.
- § 2º: Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2015 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo todavia, em limite à programação das despesas.
- § 3º: Na elaboração da proposta orçamentária de 2015, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada e a receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.
- **Art. 7º** O projeto de lei orçamentária anual será encaminhado ao Poder Legislativo, conforme estabelecido no artigo 177 da Lei Orgânica do Município de Sumidouro e no artigo 22, seus incisos e parágrafo único, da Lei n 4.320, de 17 de março de 1964, e deverá observar necessariamente :
- I texto da lei;
- II consolidação dos quadros orçamentários;
- III anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;
- IV discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos orçamentos fiscal e da seguridade social.
- § 1º Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, incisos III, IV, e parágrafo único da Lei nº 4.320\64, os seguintes demonstrativos:
- I do resumo da estimativa da receita total do município, por categoria econômica e segundo a origem dos recursos;
- II do resumo da estimativa da receita total do Município, por rubrica e categoria econômica e segundo a origem dos recursos;
- III da fixação da despesa do Município por função e segundo a origem dos recursos;
- IV da fixação da despesa do Município por poderes e órgãos e segundo a origem dos recursos;



V – demonstrativos de investimentos;

VI – da receita arrecadada nos três últimos exercícios anteriores aquele em que se elaborou a proposta;

VII - da receita prevista para o exercício em que se elabora a proposta;

VIII – da receita prevista para o exercício a que se refere à proposta;

IX – da despesa realizada no exercício imediatamente anterior;

X – da despesa fixada para o exercício em que se elabora a proposta;

XI – da despesa fixada para o exercício a que se refere à proposta;

XII - da estimativa da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;

XIII – do resumo geral da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica, segundo a origem dos recursos;

XIV - das despesas e receitas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, de forma agregada e sintética, evidenciando o déficit ou superávit corrente e total de cada um dos orçamentos;

XV - da distribuição da receita e da despesa por função de governo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente;

XVI - da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos dos artigos 70 e 71 da Lei Federal n.º 9.394/96, por órgão, detalhando fontes e valores por programas de trabalho e grupos de despesa;

XVII – de aplicação dos recursos referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB, na forma da legislação que dispõe sobre o assunto;

XVIII - do quadro geral da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por rubrica e segundo a origem dos recursos;

XIX – da descrição sucinta, para cada unidade administrativa, de suas principais finalidades com a respectiva legislação.

XX – da aplicação dos recursos de que trata a Emenda Constitucional nº 25;

XXI – da receita corrente líquida com base no art.1º, parágrafo 1º, inciso IV da Lei complementar 101/2000;

Estado do Rio de Janeiro PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO

XXII – da aplicação dos recursos reservados à saúde de que trata a Emenda Constitucional nº 29;

§ 2º Sem prejuízo das atribuições contidas no Caput deste artigo e parágrafo imediatamente anterior, a Lei Orçamentária Anual, deverá ainda observar, preferencialmente :

I - A Responsabilidade na Gestão Fiscal;

 II - As Diretrizes Gerais para a Elaboração dos Orçamentos do Município bem como as suas Alterações;

III - A Organização e a Estrutura dos Orçamentos;

IV - A Execução Orçamentária e o Cumprimento de Metas;

V - A Instituição, a Previsão e a Efetivação de Receita;

VII - A Renúncia de Receita quando houver;

VIII - A Geração de Despesa;

IX - As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

X - As Despesas com Pessoal;

XI - O Controle da Despesa Total com Pessoal;

XII - As Despesas com a Seguridade Social;

XIII - As Transferências Voluntárias;

XIV - A Destinação dos Recursos Públicos ao Setor Privado;

XV - A Dívida e o Endividamento;XVI - Os Limites da Dívida Pública;

XVII - A Recondução da Dívida aos Limites;
 XVIII - As Operações de Crédito - Contratação;

XIX - As Operações de Crédito - Vedações:

 As Operações de Crédito por ARO - Antecipação de Receita Orçamentária;

XXI - As Disponibilidades de Caixa;

XXII - A Preservação do Patrimônio Público;

XXIII - A Transparência na Gestão Fiscal;

XXIV - A Escrituração das Contas Públicas;

XXV - As Metas e as Prioridades da Administração Pública Municipal;

XXVI - As Operações com o BACEN

XXVII - As Disposições Finais.

§ 3º O projeto de lei orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para 2015, que compreende os gastos com pessoal e encargos sociais, serviço da dívida e custeio de manutenção dos órgãos municipais.

Art. 8º - Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, a discriminação da despesa das unidades orçamentárias se fará por unidade orçamentária, segundo a classificação programática definida pela Portaria nº 42 de 14 abril de 1999 e demais dispositivos supervenientes, reguladores da matéria, emitidos pelo Ministério do Orçamento e Gestão, expressa por categoria de programação, indicando-se, para cada uma, no seu menor nível de detalhamento:



Estado do Rio de Janeiro PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO

I – o orçamento a que pertence;

II – o grupo de despesa a que se refere, obedecendo a seguinte classificação:

a) DESPESAS CORRENTES:

Pessoal e Encargos Sociais; Juros e Encargos da Dívida; Outras Despesas Correntes.

b) DESPESAS DE CAPITAL:

Investimentos; Inversões Financeiras; Amortização e Refinanciamento da Dívida; Outras despesas de Capital.

CAPÍTULO IV

Das Diretrizes para a Elaboração e Execução dos Orçamentos do Município, da Responsabilidade na Gestão Fiscal e dos aspectos relevantes da Receita e da Despesa

Art. 9º - O projeto de lei orçamentária do Município de Sumidouro, relativo ao exercício de 2.015, deve obedecer aos Princípios de Legalidade, Legitimidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade, Eficiência, Economicidade e Probidade Administrativa.

Parágrafo único : Sem prejuízo das atribuições descritas no caput deste artigo, o projeto de Lei Orçamentária assegurará ainda os princípios de justiça, controle social e de transparência na elaboração e execução do orçamento :

- I o princípio de justiça social implica assegurar projetos e atividades que visem reduzir as desigualdades entre indivíduos e regiões do município, contribuindo para a redução da exclusão social;
- II o princípio de controle social implica assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento, através dos instrumentos previstos na legislação a ser editada;
- III o princípio de transparência implica, alem da observação do principio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.
- **Art. 10** A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do projeto de lei orçamentária, serão elaboradas a preços correntes.

Estado do Rio de Janeiro PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO

- **Art. 11** A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar superávit primário mínimo no exercício de 2015, estabelecido no Anexo de Metas Fiscais, em conformidade com o que dispõe o § 1º do art. 4º da Lei Complementar nº 101/00.
- Art. 12 Caso seja necessária à limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira em função da ocorrência de circunstâncias que de alguma forma impeçam a obtenção de resultado primário satisfatório, conforme disposto no art. 9° e no inciso II do § 1° do artigo 31, todos da Lei Complementar nº 101/2.000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, podendo definir percentuais específicos, para o conjunto de 'projetos', 'atividades' e 'operações especiais', a serem aplicados de forma proporcional à participação do Legislativo e das demais entidades da Administração Indireta do Município;
- § 1º Além das exclusões referentes às despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do Município e às despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida, o Poder Executivo poderá descrever outras despesas que não serão alvo de limitação de empenho, devendo as mesmas, encontrar-se assinaladas na Programação Financeira de Desembolso e no Cronograma de Execução Mensal de Desembolso.
- § 2º No caso de limitação de empenho e de movimentação financeira e sem prejuízo das disposições contidas no parágrafo anterior, a Administração Municipal buscará preferencialmente preservar das respectivas limitações às despesas abaixo hierarquizadas :
- I Pessoal e encargos sociais;
- II Conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no art.
 45 da Lei Complementar nº 101/2.000;
- § 3º Não poderão ser programados novos projetos, à conta de anulação de dotação destinada aos investimentos em andamento, cuja execução tenha ultrapassado trinta e cinco por cento até o exercício financeiro de 2014.
- § 4º As despesas obrigatórias de caráter continuado definidas no art. 17 da Lei Complementar n.º 101, de 2000, e as despesas de que trata o parágrafo anterior, relativas a projetos em andamento, cuja autorização de despesa decorra de relação contratual anterior, serão, independentemente de quaisquer limites, reempenhadas nas dotações próprias ou, em casos de insuficiência orçamentária,
- mediante transposição, remanejamento ou transferência de recursos.
- § 5º A limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, se dará nos trinta dias subseqüentes ao final de determinado bimestre em que se verificar a impossibilidade de realização de Receitas suficientes para o cumprimento de Metas de Resultado Primário e



Nominal, que se encontram devidamente especificados no art. 9º e Anexo de Metas Fiscais, que é parte integrante desta lei.

- **Art. 13** A lei orçamentária para o exercício financeiro de 2.015 conterá dispositivos para adequar a despesa à receita, em função dos efeitos econômicos que decorram de:
- c) realização de receitas não previstas;
- II. disposições legais a nível federal, estadual ou municipal que impactem de forma desigual às receitas previstas e a despesas fixadas;
- III. adequação na estrutura do Poder Executivo, desde que sem aumento de despesa, nos casos em que é dispensado de autorização legislativa.
- **Art. 14** A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa e será precedida de justificativa do cancelamento e do reforço das dotações, nos termos da Lei n.º 4.320/64, não devendo a autorização para abertura de créditos suplementares ultrapassar o percentual de 50 % dos Orçamentos Fiscal e de Seguridade Social. Tal limite não abrange a abertura de créditos especiais que dependerão de lei especifica.
- **Art. 15** Na programação da despesa, não poderão ser fixadas despesas, sem que estejam definidas as fontes de recursos, sem prejuízo da criação de novas fontes no decorrer da execução orçamentária de 2015, em razão de possíveis ingressos de recursos vinculados a fontes não previstas anteriormente.
- **Art. 16** Além de observadas as prioridades fixadas no art. 2 desta lei, a Lei Orçamentária ou as de créditos adicionais somente incluirão novos projetos e despesas obrigatórias de duração continuada a cargo da Administração Direta, dos Fundos e Autarquias se :
- I tiverem sido adequadamente concluídos todos os que estiverem em andamento;
- II tiverem sido completadas as despesas de conservação do patrimônio público
- III tiverem perfeitamente definidas suas fontes de custeio;
- IV os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa, considerando-se as contrapartidas exigidas quando da alocação de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito.
- V A expansão das referidas despesas de caráter continuado não deverá ultrapassar o percentual descrito no Anexo de Metas Fiscais, desde que



não ocorram excessos ou ingressos de recursos não previstos inicialmente, de modo a se manter o equilíbrio orçamentário e financeiro do município.

- § 1.º As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre os projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito, em conformidade com o disposto no art. 45 da LRF.
- § 2.º O Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo Relatório objetivando o atendimento ao disposto no art. 45 da LRF.
- **Art. 17** Nos casos de despesas de duração continuada, a que se refere o art.16 desta lei, também deverão ser obedecidas às disposições contidas nos art.16 e 17 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.
- § 1°: A Criação ou o Aumento de Despesa Obrigatória de Caráter Continuado serão acompanhados de:
- I ESTIMOF Estimativa do Impacto Orçamentário-Financeiro, Instruída pelas PMCUs – Premissas e Metodologia de Cálculo Utilizadas, no Exercício em que deva entrar em vigor e nos subseqüentes;

II – Demonstrativo da Origem dos Recursos para seu Custeio;

- III Comprovação de que a Despesa Criada ou Aumentada não afetará as Metas de Resultados Primário e Nominal almejadas e descritas na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- IV MC Medidas de Compensação, nos Períodos Seguintes, pelo Aumento Permanente de Receita ou pela Redução Permanente de Despesa;
- V Adequação Orçamentária e Financeira com a LOA;
- VI Compatibilidade com o PPA Plano Plurianual;
- VII Compatibilidade com a LDO Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- § 2°. A Criação ou o Aumento de Despesa Obrigatória de Caráter Continuado não serão executados antes da implementação de:
- I Comprovação de que a Despesa Criada ou Aumentada não afetará as Metas de Resultados Primário e Nominal;
- II MC Medidas de Compensação, nos Períodos Seguintes, pelo Aumento Permanente de Receita ou pela Redução Permanente de Despesa;
- **Art. 18** É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de quaisquer recursos do Município, inclusive das receitas próprias das entidades mencionadas no art.14, para clubes, associações de servidores e de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, preferencialmente as que exercem atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, priorizando as que estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS, bem como nas áreas de saúde, educação, cultura e turismo.



- § 1º Para habilitar-se ao recebimento de recursos referidos na *caput*, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos, emitida no exercício de 2.015 e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria, sem prejuízo de outras documentações que o município julgar necessárias.
- § 2º As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Público com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.
- § 3º Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão, ainda de:
- I Publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;
- II identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.
- § 4º A concessão de benefício de que trata o *caput* deste artigo deverá estar definida em lei específica, podendo ser regulamentada por ato próprio do Poder Executivo.
- **Art. 19** As receitas próprias das entidades mencionas no art. 18, (Administração Direta e Indireta), serão programadas para atender, preferencialmente, os gastos com pessoal e encargos sociais, juros, encargos e amortização da dívida, contrapartida de financiamentos e outras despesas de manutenção das respectivas entidades.
- **Art. 20** A Lei Orçamentária somente contemplará dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro se o mesmo estiver contido no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.
- **Art. 21** A Lei Orçamentária conterá dotação para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, no valor de 0,3 % da receita corrente líquida consolidada, prevista para o exercício de 2.015, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.
- **Art. 22** O Projeto de Lei Orçamentária, para que a Sistemática da Responsabilidade na Gestão Fiscal possa atingir a sua Finalidade que é o Equilíbrio das Contas Públicas, deve estar voltado para:
- § 1° Através de Ação Planejada e Transparente, Cumprir Metas de Resultados entre Receitas e Despesas;



Estado do Rio de Janeiro PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO

 $\S~2^{\rm o}$ - Mediante Prevenção de Riscos e Correção de Desvios, a Limites e Condições no que tange a:

Renúncia de Receita;

 Geração de Despesas com Pessoal, da Seguridade Social e Outras;

III - Dívidas Consolidada e Mobiliária;

 Operações de Crédito, inclusive por Antecipação de Receita -ARO;

V - Concessão de Garantia;

VI - Inscrição em Restos a Pagar.

CAPÍTULO V

Das Disposições Relativas à Dívida Pública Municipal

- **Art. 23** A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento da despesa decorrente de débitos refinanciados, inclusive com a previdência social e/ou Instituto próprio de previdência.
- **Art. 24** A elaboração da Lei Orçamentária deverá prever mecanismos que promovam a recondução da dívida consolidada do Município aos limites a serem estabelecidos pelo Senado Federal, nos termos do estabelecido no *caput* do art. 31 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.
- **Art. 25** O projeto de Lei Orçamentária poderá incluir na composição da receita total do município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no artigo 167, inciso III da Constituição Federal, observando contudo o limite de endividamento de ate 50 % das Receitas Correntes Líquidas apuradas ate o final do semestre anterior à assinatura do contrato, na forma estabelecida nos artigos 30, 31 e 32 da LRF.
- § 1° A Lei Orçamentária Anual deverá conter, quando cabível, demonstrativos especificando, por operação de crédito, as dotações ao nível dos projetos e atividades, a serem financiadas por tais recursos.
- § 2° A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica.
- **Art. 26** A Lei Orçamentária poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no art. 38, da lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.
- § Único Sua liberação deve se fazer através de projeto de lei, aprovado pela Câmara Municipal, após devidamente comprovado a necessidade de utilização antecipada de tais recursos.



Estado do Rio de Janeiro PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO

Art. 27 – A Administração Municipal devera proceder à correção do principal da dívida contida no passivo permanente, utilizando preferencialmente o índice de preços – IPCA, sem prejuízo de um outro índice a ser utilizado pelo setor responsável.

CAPÍTULO VI

Das Disposições Relativas às Despesas do Município com Pessoal e Encargos

- **Art. 28** No exercício financeiro de 2.015, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo observarão as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20, da Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2.000.
- **Art. 29** O Executivo deverá encaminhar projetos de Lei visando à revisão do sistema de pessoal, particularmente do plano de cargos, carreiras e salários, bem como o reenquadramento de cargos e funções, de forma a:
- Otimizar a imagem pública do servidor municipal, reconhecendo a função social do seu trabalho, motivando-o permanentemente na busca total da qualidade do serviço público;
- II. Proporcionar desenvolvimento profissional dos servidores municipais, através de programas de treinamento dos recursos humanos;
- III. Proporcionar desenvolvimento pessoal dos servidores municipais através de programas informativos , educativos e culturais,
- IV. Melhorar as condições de trabalho, especialmente, no que concerne à saúde, segurança do trabalho e justa remuneração.

Parágrafo Único – Observadas as disposições contidas no artigo anterior, o Executivo poderá encaminhar projetos de Lei visando:

- I. A concessão , absorção de vantagens e aumento de remuneração de servidores;
- A criação e a extinção de cargos públicos, bem como a criação, extinção e alteração da estrutura de carreiras;
- III. Provimento de cargos em conformidade com as necessidades da Administração Municipal, através da realização prévia de concurso público, respeitando-se sempre as atribuições e o poder discricionário por parte do ente público inerentes aos cargos em comissão.



- IV. Provimento de cargos e contratações de emergência estritamente necessária, respeitada a legislação vigente.
- **Art. 30** Observadas as disposições contidas no art. 28, o Legislativo poderá encaminhar projetos de Lei ou deliberar sobre projetos de resolução, conforme o caso, visando à revisão do sistema de pessoal, particularmente do plano de cargos, carreiras e salários, incluindo:
- I. A concessão, absorção de vantagens e aumento de remuneração de servidores;
- II. A criação e a extinção de cargos públicos, bem como a criação, extinção e alteração da estrutura de carreiras;
- III. Provimento de cargos e contratações de emergência estritamente necessárias, respeitada a legislação vigente;
- **Art. 31** A criação ou ampliação de cargos, além daqueles mencionados nos artigos anteriores, atenderá aos seguintes requisitos:
- I. Existência de prévia dotação orçamentária, suficiente para atender às projeções de despesa com pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;
- II. Inexistência de cargos, funções ou empregos públicos similares, vagos e sem previsão de uso na Administração, ressalvada sua extinção ou transformação decorrente das medidas propostas;
- III. Resultar de ampliação, decorrente de investimentos ou de expansão de serviços devidamente previstos na Lei Orçamentária Anual;
- IV. Verificação de que o ato que provoque aumento da despesa com pessoal não será executado antes da implementação de:
- a) Comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultado primário e nominal almejado pela Administração Pública em conformidade com a Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2.000.
- b) MC Medidas de Compensação, nos períodos seguintes, pelo aumento permanente da receita ou pela redução permanente da despesa.
- c) Serão nulos de pleno direito os atos que provoquem aumento da despesa com pessoal conforme exposto no art. 21 da Lei Complementar nº 101/00;
- d) Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites previstos nos artigos nº 22 e 23 da Lei Complementar nº 101/00, providenciar de imediato os procedimentos de ajuste estabelecidos na referida Lei;



))))))))))))))))))))))))

Estado do Rio de Janeiro PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO

CAPÍTULO VII

Das Disposições Sobre a Receita e Possíveis Alterações na Legislação Tributária do Município para o Exercício Correspondente

Art. 32 – As diretrizes da receita para o ano de 2015 impõem o aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas ao incremento das receitas próprias. Inclui-se também a possibilidade de concessão de incentivos fiscais como forma de cooperação entre o poder público e a iniciativa privada, desde que tais iniciativas não sejam agressivas ao meio ambiente e que contribuam para o desenvolvimento ambientalmente sustentável, desde que satisfeitas às exigências contidas no art. 4°, parágrafo 2°, V da Lei Complementar nº 101/00.

Parágrafo Único: Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao credito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renuncia de receita, conforme disposto no art. 14, parágrafo 3 da LRF.

- **Art. 33** Deverão ser apresentados projetos de lei dispondo sobre as seguintes alterações na área da administração tributária , observados , quando possível, a capacidade econômica do contribuinte e, sempre, a justa distribuição de renda:
- I atualização da planta genérica de valores do município;
- II revisão ,atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;
- III Instituição de taxas pela prestação de serviços, com a finalidade de custear serviços específicos e divisíveis, colocados à disposição da população;
- IV Revisão da legislação referente ao Imposto sobre serviços de Qualquer Natureza;
- V Revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Intervivos e de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;
- VI Revisão da legislação sobre as Taxas pelo exercício do poder de polícia administrativo;
- VII Revisão e/ou implementação de isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal.
- VIII Concessão de incentivos fiscais ou outros mecanismos tributários que permitam o atendimento das diretrizes do Art. 2º desta lei;

Estado do Rio de Janeiro PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO

- IX Revisão da legislação sobre o uso do solo com redefinição dos limites da zona urbana Municipal.
- § 1° A Concessão ou Ampliação de Incentivo ou Benefício de Natureza Tributária que Compreenda Renúncia de Receita deverá:
- I Estar Acompanhada de Estimativa do Impacto Orçamentário Financeiro no Exercício em que deva Iniciar sua Vigência e nos 02 (dois) seguintes;

II – Atender a pelo menos uma das seguintes condições:

- a) demonstração de que a Renúncia foi considerada na de Receita da LOA Lei Orçamentária Anual e de que não afetará as Metas de Resultados Fiscais Previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- b) estar Acompanhada de Medidas de Compensação, Exercício em que deva Iniciar sua Vigência e nos 02 (dois) seguintes, meio do Aumento de Receita, proveniente:
- b.1 da Elevação de Alíquotas;
- b.2 da Ampliação da Base de Cálculo;
- b.3 da Criação de Tributo.
- § 2º A Concessão ou Ampliação de Incentivo ou Benefício de Natureza Tributária que, além de compreender Renúncia de Receita, estiver Acompanhada de Medidas de Compensação, no Exercício em que deva Iniciar sua Vigência e nos 02 (dois) seguintes, só entrará em vigor quando forem efetivamente Implementadas as Medidas de Compensação.
- **Art. 34** O projeto da Lei Orçamentária Anual poderá considerar, na previsão de receita, a estimativa de arrecadação decorrente das alterações na legislação tributária proposta pelo executivo, nos termos do artigo anterior.
- \S 1° as receitas estimadas na forma do *caput* deste artigo deverão ser vinculadas às despesas detalhadas por projetos e atividades.
- § 2° a execução das despesas de que trata o parágrafo anterior, ficará condicionada à aprovação das alterações propostas para a legislação tributária.

Capítulo VIII

Das transferências voluntárias

Artigo 35 – Transferência Voluntária é o Recebimento de Recursos Correntes ou de Capital de outro Ente da Federação, a Título de Cooperação, Auxilio ou Assistência Financeira, que não decorra de Determinação Constitucional, Legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.



Estado do Rio de Janeiro PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO

Artigo 36 – A Transferência Voluntária poderá ser realizada, se forem obedecidas as seguintes exigências:

I – Existência de Dotação Específica;

 II – Não Utilização para Pagamento de Despesas com Pessoal Ativo, Inativo e Pensionista;

III - Comprovação, por Parte do Beneficiário, de:

a) que se acha em dia quanto ao Pagamento de Tributos, Empréstimos e Financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à Prestação de Contas de Recursos anteriormente dele recebidos;

b) cumprimento dos Limites Constitucionais relativos à Educação e à Saúde;

IV – Observância dos Limites das Dívidas Consolidada e Mobiliária, de Operações de Crédito, inclusive por Antecipação de Receita, de Inscrição em Restos a Pagar e de Despesa Total com Pessoal;

V - Previsão Orçamentária de Contrapartida;

VI - Não Utilização em Finalidade Diversa da Pactuada.

Artigo 37 – As Sanções de Suspensão de Transferências Voluntárias não se aplicam àquelas relativas a Ações de Educação, Saúde e Assistência Social.

Capítulo IX

Das Disposições Finais

- **Art. 38** É vedado consignar na Lei Orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.
- **Art. 39** A Despesa Objeto de Dotação Específica e Suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, apresentará adequação orçamentária e financeira com a LOA Lei Orçamentária Anual se somadas todas as despesas da mesma espécie realizada e a realizar, previstas no programa de trabalho, observando que não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício.
- **Art. 40** A Despesa apresentará compatibilidade com o PPA Plano Plurianual, se estiver em Conformidade com as suas Diretrizes, os seus Objetivos e as suas Metas.
- **Art. 41** A Despesa apresentará compatibilidade com a LDO Lei de Diretrizes Orçamentárias, se estiver em conformidade com as suas Prioridades e as suas Metas.
- Art. 42 O Poder Executivo poderá estabelecer, através de decreto, sistema de controle de custos e de verificação das ações do governo, tendo em vista minimizar desvios e aferir os resultados obtidos, tornando-se necessário, os esforços no sentido de disponibilização dos recursos (material e humano) para a realização dos



mesmos, devendo desde já, as despesas serem executadas respeitando-se os preços médios praticados pelo mercado, no tocante as aquisições de bens e serviços, bem como a utilização de tabelas e/ou parâmetros oficiais para a realização de investimentos (projetos), além do atendimento ao disposto nos diversos artigos da Lei nº 8.666/93, devendo o controle dos custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal obedecer ao estabelecido no art. 50, parágrafo 3 da LRF.

Parágrafo Único – Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício, em conformidade com o art. 4, e da LRF. Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrarem a Lei Orçamentária de 2015 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

Art. 43 — Para os efeitos do art.16 da Lei Complementar nº 101, 04 de maio de 2.000, entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/1.993.

Parágrafo Único. Ocorrendo a Criação, a Expansão ou o Aperfeiçoamento de Ação Governamental que Acarrete Aumento da Despesa Irrelevante – não será necessário apresentar a ESTIMOF – Estimativa do Impacto Orçamentário-Financeiro, Instruída pelas PMCUs –Premissas e Metodologia de Cálculo Utilizadas e a DOD – Declaração do Ordenador da Despesa.

- **Art. 44** Notadamente, tendo em vista os dispositivos elencados no artigo anterior, em conformidade com o art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2.000, entende-se como despesas relevantes, aquelas cujo valor seja superior para bens e serviços, aos limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/1.993.
- § 1º A Criação, a Expansão ou o Aperfeiçoamento de Ação Governamental PROJETOS que Acarrete Aumento da Despesa Relevante será sempre que possível, acompanhado de:
- I ESTIMOF Estimativa do Impacto Orçamentário-Financeiro, Instruída pelas PMCUs – Premissas e Metodologia de Cálculo Utilizadas, no Exercício em que deva entrar em vigor e nos 02 (dois) subseqüentes;
- II DOD Declaração do Ordenador da Despesa de que o Aumento tem;
- a) Adequação Orçamentária e Financeira com a LOA Lei Orçamentária Anual;
- b) Compatibilidade com o PPA Plano Plurianual; Compatibilidade com a LDO Lei de Diretrizes
- c) Compatibilidade com a LDO Lei de Diretrizes Orçamentárias.



Estado do Rio de Janeiro PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO

- § 2° As Despesas de Aperfeiçoamento de Ação Governamental PROJETOS ficam Classificadas em 02 (dois) Grupos:
 - I O GDR Grupo das Despesas Relevantes;
 - II O GDI Grupo das Despesas Irrelevantes.
- **Art. 45** Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, o Poder Executivo estabelecerá, através de decreto, a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, nos termos do disposto no artigo nº 8 da Lei Complementar nº 101/2.000, devendo constar da programação financeira e cronograma de execução mensal de desembolso as Receitas e Despesas ou ingressos e desembolsos por categoria econômica e natureza de despesa, podendo conter abertura sintética dos mesmos, desde que permitam à correta analise dos dados evidenciados.

Parágrafo único. As metas bimestrais de realização de receitas serão divulgadas no mesmo prazo do "caput" deste artigo e nos termos das determinações constantes do art. 13 da Lei Complementar n.º 101, de 2000.

- **Art. 46** Em razão de eventuais descontinuidades de política econômica, o Poder Executivo poderá enviar mensagem reavaliando os parâmetros relativos às metas fiscais até o prazo de que trata o § 5.º do art. 166 da Constituição Federal.
- **Art. 47** Respeitado o disposto no art. 22 da Lei Complementar n.º 101, de 2000, a concessão de vantagens e aumentos de remuneração, a criação de cargos e mudanças de estruturas de carreiras e admissão de pessoal ficam condicionadas à disponibilidade de dotação orçamentária suficiente para atender às projeções e aos acréscimos dela decorrentes.
- Art. 48 A Administração Municipal poderá proceder à contratação excepcional de horas extras, nas hipóteses em que os valores das despesas com pessoal ultrapassarem o limite prudencial descrito no art. 22 da LRF, somente quando os respectivos servidores estiverem realizando seus trabalhos vinculados às ações de Educação, Saúde e Assistência Social ou em demais funções de Governo desde que devidamente fundamentado o interesse público precípuo para aquele período específico, demonstrando a necessidade eminente para o período em destaque e o caráter de excepcionalidade oriundo de situação atípica.
- **Art. 49** O Poder Executivo poderá encaminhar projeto de lei ao Poder Legislativo visando à sua adequação, no que tange a Estrutura Administrativa e Operacional, inclusive com a criação ou desmembramento de Secretarias, objetivando se ajustar aos novos dispositivos normativos, em especial os da Lei Complementar nº 101/00, que impõe metodologia e procedimentos complexos de planejamento e de gestão para os entes públicos, desde que satisfeitos os dispositivos descritos na Lei Orgânica Municipal e demais normas que regulem a matéria.
- Art. 50 O município poderá auxiliar o custeio de despesas atribuídas a União e ao Estado mediante a celebração de termo próprio, desde que manifestado o



Estado do Rio de Janeiro PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO

interesse municipal, bem como a existência de recursos orçamentários, não podendo tais despesas ultrapassar o limite de 3 % da receita corrente líquida do município.

- **Art. 51** Se o projeto de lei orçamentária não for aprovado até 31 de dezembro de 2014, sua programação poderá ser executada, até a publicação da lei orçamentária respectiva, mediante a utilização mensal de um valor básico correspondente a um doze avos das dotações para despesas correntes de atividades, e um treze avos quando se tratar de despesas com pessoal e encargos sociais, constantes da proposta orçamentária.
- § 1.º Excetuam-se do disposto no "caput" deste artigo as despesas correntes nas áreas da saúde, educação e assistência social, bem como aquelas relativas ao serviço da dívida, amortização, precatórios judiciais e despesas à conta de recursos vinculados, que serão executadas segundo suas necessidades específicas e o efetivo ingresso de recursos.
- § 2.º Não será interrompido o processamento de despesas com obras em andamento.
- **Art. 52º** As emendas ao projeto de lei orçamentária para 2015, ou aos projetos de lei que modifiquem a Lei de Orçamento Anual, devem atender às seguintes condições:
- § 1.º Serem compatíveis com os programas e objetivos do Plano Plurianual 2014/2017 e suas alterações posteriores; com as diretrizes, disposições, prioridades e metas do referido Plano.
- § 2.º Indicarem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa.
- I não serão admitidas anulações de despesa que incidam sobre dotações para:
- a) pessoal e encargos sociais;
- b) serviço da dívida;
- c) transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal;
- § 3.º Estarem necessariamente relacionadas:
 - a) com a correção de erros ou omissões; ou
 - b) com os dispositivos do texto do projeto de lei.



Estado do Rio de Janeiro PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO

Art. 53º - As emendas ao projeto de lei de orçamento anual deverão considerar, ainda, a prioridade das dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciários e outras despesas obrigatórias, assim entendidas aquelas com legislação ou norma específica; despesas financiadas com recursos vinculados e recursos para compor a contrapartida municipal de empréstimos internos e externos.

Parágrafo Único – As emendas quando de sua proposição somente deverão ser efetivadas desde que atendidos os dispositivos descritos no art. 166 da CF/88 c/c o disposto na Lei Federal nº 4.320/64, considerando a necessidade de apresentação das justificativas e possíveis comprovações de erros e inconsistências materiais que pudessem suportar a realização das respectivas emendas em conformidade com o disposto no art. 52 da presente lei.

Art. 54 – O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificação nos projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos Créditos Adicionais enquanto não iniciada a votação, no tocante às partes cuja alteração é proposta.

Art. 55 – Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subseqüente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 56 – O Poder Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus Órgãos da Administração Direta ou Indireta, para a realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 57 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sumidouro, 14 de abril de 2014.

P/ JUAREZ GONÇALVES CORGUINHA Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SUMIDOURO

ANEXO DE METAS FISCAIS LDO 2015

ESPECIFICAÇÃO									
1		2015			2016			2017	
	CORRENTE	CONSTANTE	% PIB	CORRENTE	VALOR	% PIB	VALOR	VALOR	% PIB
A. RECEITA TOTAL	67.355,5	59.917,9	0,013717%	74.602,7	62.614,2	0,014538%	81.858,2	64.805,7	0,015413%
A1.RECEITA NÃO FINANCEIRA	62.914,5	55.967,3	0,012812%	69.683,8	58.485,8	0,013580%	76.460,9	60.532,8	0,014397%
A2.RECEITA FINANCEIRA	4.441,0	3.950,6	0,000904%	4.918,9	4.128,4	0,000959%	5.397,3	4.272,9	0,001016%
B. DESPESA TOTAL	62.453,0	55.556,8	0,013227%	69.172,8	58.056,8	0,013480%	75.900,2	60.088,8	0,014291%
B1. DESPESA NÃO FINANCEIRA *	62.453,0	55.556,8	0,012718%	69.172,8	58.056,8	0,013480%	75.900,2	60.088,8	0,014291%
B2. DESPESA FINANCEIRA	0,0	0,0	0,000000%	0,0	0,0	0,000000%	0,0	0,0	0,0000000%
C. RESULTADO (A-B)	4.902,5	4.361,1	0,000998%	5.429,9	4.557,3	0,001058%	5.958,0	4.716,8	0,001122%
D. RESULTADO PRIMÁRIO	461,5	410,5	0,000098%	511,0	429,0	0,000100%	560,7	444,0	0,000106%
E. RESULTADO NOMINAL	-484,6	431,1	-0,000103%	-248,0	-208,1	-0,000048%	-539,9	-427,4	-0,000102%
	0,0	0,0	0,000000%	0,0	0,0	0,000000%	0,0	0,0	0,000000%
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA				A 636 7	-3.891.6	-0,000904%	-5.176,6	4.605,0	-0,000975%

MUNICÍPIO DO SUMIDOURO LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS DEMONSTRATIVO II AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO DE 2013 LRF, art. 4°,§2°, inciso I

	R\$ mil correntes
ESPECIFICAÇÃO	Metas Realizadas
	em 2013
Receita Total	51.431,50
Receitas Primárias (I)	48.649,00
Despesa Total	47.822,40
Despesas Primárias (II)	47.822,40
Resultado Primário (I-II)	826,60
Ressultado Nominal	-224,20
Dívida Pública Consolidada	6,40
Dívida Consolidada Líquida	-3.899,60
Dívida Fiscal Líquida	-3.899,60

FONTE: Secretaria de Fazenda

MUNICÍPIO DE SUMIDOURO LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS **ANEXO DE METAS FISCAIS DEMONSTRATIVO III**

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS ANUAIS DE

ANEXO DE METAS DEMONSTRATI	VO III	
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO D 2012, 2013 E 2		
LRF, art. 4°,§2°, in		
	2010	R\$ mil correntes
ESPECIFICAÇÃO	2012 meta	Metas Realizadas em 2013
Receita Total	51.447,70	51.431,50
Receitas Primárias (I)	46.130,90	48.649,00
Despesa Total	50.485,20	47.822,40
Despesas Primárias (II)	50.485,20	47.822,40
Resultado Primário (I-II)	-4.354,30	826,60
Ressultado Nominal	4.104,20	-224,20
Dívida Pública Consolidada	0,00	6,40
Dívida Consolidada Líquida Dívida Fiscal Líquida	-8.193,10 -8.193,10	-3.899,60 -3.899,60
DIVIDA FISCAI EIQUIDA	-6.193,10	-3.699,00
		R\$ mil correntes
ESPECIFICAÇÃO		Metas Realizadas
ESPECIFICAÇÃO		em 2014
Receita Total		61.099,03
Receitas Primárias (I)		57.070,53
Despesa Total		56.651,90
Despesas Primárias (II)		56.651,90
Resultado Primário (I-II)		418,63
Ressultado Nominal		-224,20
Dívida Pública Consolidada		0,00
Dívida Consolidada Líquida		-3.897,70
Dívida Fiscal Líquida		-3.897,70
FONTE: Secretaria de Fazenda		

	R\$ mil correntes
ESPECIFICAÇÃO	Metas Realizadas
	em 2014
Receita Total	61.099,03
Receitas Primárias (I)	57.070,53
Despesa Total	56.651,90
Despesas Primárias (II)	56.651,90
Resultado Primário (I-II)	418,63
Ressultado Nominal	-224,20
Dívida Pública Consolidada	0,00
Dívida Consolidada Líquida	-3.897,70
Dívida Fiscal Líquida	-3.897,70

MUNICÍPIO DE SUMIDOURO LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS DEMONSTRATIVO IV EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2015

LRF, art. 4°,§2°, inciso III

R\$ milhares

LNF, alt. 4,92, Illoiso III					TW IIIIIII	00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2013	%	2012	%	2011	%
Patrimônio/Capital	29.168,38	100,00%	27.517,34	100,00%	25.952,41	100,00%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	-	0,00%		0,00%	-	0,00%
TOTAL	29.168,38	100,00%	27.517,34	100,00%	25.952,41	100,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO

LRF, art, 4°,§2°, inciso III

R\$ milhares

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2013	%	2012	%	2011	%
Patrimônio/Capital	(8.365,11)	100,00%	(6.908,87)	100,00%	(6.515,96)	100,00%
Reservas	-	0,00%		0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado		0,00%	-	0,00%	-	0,00%
TOTAL	(8.365,11)	100,00%	(6.908,87)	100,00%	(6.515,96)	100,00%

FONTE: Secretaria de Fazenda / IAPS

^{*-} Considerando o PL do Regime Próprio de Previdência - incluindo Passivo Atuarial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE META FISCAIS DEMONSTRATIVO V ACÃO DOS RECURSOS ORTIDOS COM ALIENAÇÃO.

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS 2015

LRF, art. 4°, §2°, inciso III			R\$ milhares
RECEITAS REALIZADAS	2013	2012	2011
RECEITAS DE CAPITAL Receita de Alienação de Ativos Alienação de Bens Móveis Alienação de Bens Imóveis	0	0	0
TOTAL(I)	0	0	0

DESPESAS LIQUIDADAS	2013	2012	2011
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS Investimentos Inversões Financeciras Amortização/ Refinanciamento Dívida DESPESAS CORRENTES DO RPPS			
TOTAL (II)	0	0	0
SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (III)-(I-II)	0	a section of the sect	0

FONTE: Secretaria de Fazenda

OBS.: A Administração Municipal não procedeu a Alienação de Ativos para o período em análise.

Prefeitura Municipal de Sumidouro LEI DE DIRETRIZES ORÇMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS DEMONSTRATIVO VI RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS 2015

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2011	2012	2013
RECEITAS CORRENTES	4.445,4	6.144,2	4.079.9
Receita de Contribuições	1.007.6	1.220.5	1.261,6
Pessoal Civil	1.005.3	1.212.6	1.259.7
Pessoal Militar			
Outras Contribuições Previdênciárias	2.3	7,9	1,9
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS	-		.,0
Receita Patrimonial	3.144.7	4.887.4	2.758,9
Outras Receitas Correntes	293.1	36,3	59.4
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	
Alienação de Bens	-		
Outras Receitas de Capital			
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS RECEBIDOS PELO RPPS	1.024.6	1.528,8	1.591,7
Contribuição Patronal do Exercicio	1.024,6	1.528.8	1.528,8
Pessoal Civil	1.024,6	1.528.8	1.528,8
Pessoal Militar		1.020,0	1.020,0
Contribuição Patronal de Exercícios Anteriores			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
REPASSES PREVID. PARA COBERTURA DE DÉFICIT			
TOTAL RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (1)	5.470,0	7.673,0	5.671,6
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2011	2012	2013
ADMINISTRAÇÃO GERAL	508,3	567,1	597.2
Despesas Correntes	503,1	566,1	595.5
Despesas de Capital	5,2	1,0	1.7
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.515.6	1.814.3	2.169,5
Pessoal Civil	1.515,6	1.814.3	2.169.5
Pessoal Militar	-		
Outras Despesas Correntes	- -		
Compensação Previd. De aposent. RPPS E RGPS			
Compensação Previd. De pensão. RPPS E RGPS			
Despesas Intra-Orçamentárias		15.7	13,4
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)	2.023,9	2.397,1	2.780,1
RP 'S NÃO PROCESSADOS	3,4	30,5	9.5
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (I - II)	3.442,7	5.245.4	2.882.0
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO RPPS	28.517.0	35.361.8	35.361,8

Prefeitura Municipal de Sumidouro LEI DE DIRETRIZES ORÇMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS DEMONSTRATIVO VI.1 PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS 2015

LRF, art. 4°, §2°, inciso IV, alínea a

R\$ milhares

	RECEITAS PR	REVID.	DESPESAS PREVID.	RESULTADO PREVID.	R\$ milha
EXERCÍCIO	Valor	(b)	Valor (c)	Valor (d) = (a + b -c)	RECEBIDO P/ COBERTURA D DÉFICIT RPPS (e)
2013	2.703,3		1.944,3	3.462,3	0,0
2014	2.491,9		1.913,9	3.069,9	0,0
2015	2.295,1		1.881,9	2.708,3	0,0
2016	2.112,6		1.848,0	2.377,2	0,0
2017	1.943,8		1.812,4	2.075,2	0,0
2018	1.788,1		1.775,0	1.801,2	0,0
2019	1.644,9		1.736,1	1.553,7	0,0
2020	1.513,2		1.695,5	1.330,9	0,0
2021	1.393,0		1.653,6	1.132,4	0,0
2022	1.282,7		1.610,2	955,2	0,0
2023	1.181,5		1.565.6	797,4	0,0
2024	1.088,6		1.519,8	657,4	0,0
2025	1.003,3		1.472,9	533,7	0,0
2026	924,6		1.424,9	424,3	0,0
2027	852,0		1.376,2	327,8	0,0
2028	784,6		1.326,5	242,7	0,0
2029	721,9		1.276,2	167,6	0,0
2030	663,4		1.225,4	101,4	0,0
2031	608,6		1.174,1	43,1	0,0
2032	557,1		1.122,6	(8,4)	8,4
2033	508,8		1.070,9	(53,3)	53,3
2034	463,1		1.019,4	(93,2)	93,2
2035	420,1		968,0	(127,8)	127,8
2036	379,6		917,2	(158,0)	158,0
2037	341,3		866,9	(184,3)	184,3
2038	305,2		817,3	(206,9)	206,9
2039	271,3		768,5	(225,9)	225,9
2040	239,5		720,8	(241,8)	241,8
2041	209,8		674,3	(254,7)	254,7
2042	182,3		629,3	(264,7)	264,7
2043	156,8		585,8	(272,2)	272,2
2044	133,6		544,3	(277,1)	277,1
2045	112,6		504,5	(279,3)	279,3

Obs: Os Repasses referentes a Contrib. Patronal

encontram-se inseridos nas Receitas Previdenciarias.

FONTE: IAPS

Prefeitura Municipal de Sumidouro LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS **ANEXO DE METAS FISCAIS DEMONSTRATIVO VII** ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

2015

LRF, art. 4° 82° inciso V

	RENÚNCIA	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			R\$ milha
SETOR / PROGRAMA/ BENEFICIÁRIO	TRIBUTO/ CONTRIBUIÇÃO	2015	2016	2017	COMPENSAÇÃO
Empresas	IPTU	6	7	8	Atualização da Legislação Tributária
Empresas	ISS	30	33	35	Atualização da Legislação Tributária
TOTAL		36	40	43	

FONTE: Secretaria de Fazenda

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS DEMONSTRATIVO VIII MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO 2015

EVENTO	Valor Previsto - 2015
Aumento Permanente da Receita	6.257
(-) Transferências Constitucionais	
(-) Transferências ao FUNDEB	687
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (1)	5.570
Redução Permanente de Despesa (II)	35
Margem Bruta (III) - (I + II)	5.605
Saldo Utilizado (IV)	3.643
Impacto de Novas DOCC	3.643
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III - IV)	1.962

FONTE: Secretaria de Fazenda



ANEXO IX DE RISCOS FISCAIS LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (Art. 4°, Parágrafo 3°, da Lei Complementar n° 101 de 04/05/2000)

Eventuais passivos contingentes e outros riscos fiscais, serão atendidos pela Reserva de Contingência, cujos recursos serão alocados na Lei Orçamentária anual, em montantes suficientes para sua cobertura.

Conforme disposto no art. 4°, parágrafo 3°, da Lei Complementar n. 101/00 o Anexo de Riscos Fiscais compreende os passivos contingentes e outros riscos fiscais capazes de afetar as contas públicas.

Neste contexto devem ser considerados passivos contingentes os possíveis riscos decorrentes de sentenças judiciais que podem acarretar aumento da despesa pública, sem prejuízo, todavia, do disposto no art. 100 da CF/88. Outrossim, a possível frustração de arrecadação ou extinção de determinada receita prevista que possa afetar o resultado pretendido, atrelado a mudanças bruscas e repentinas na conjuntura econômica nacional e regional, devem ser consideradas como riscos fiscais, cabendo ao município dentre outros procedimentos, a utilização de mecanismos de correção de possíveis desvios, objetivando o restabelecimento do equilíbrio orçamentário e financeiro do mesmo. Na ocorrência de tais eventos, o Município procederá ao contingenciamento de despesas, através da limitação de empenhos, anulação de dotações orçamentárias destinadas a investimentos e posteriormente as destinadas ao custeio, além da utilização da reserva de contingência conforme previsto na legislação que regula a matéria.

MUNICÍPIO DE SUMIDOURO

ANEXO DE METAS LDO 2015

ANEXO DE METAS LDO - 2015

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Câmara Municipal

PROGRAMA: 001 - Atuação Legislativa de Apoio da Câmara

OBJETIVO: Apreciar proposições em Geral, exercer a fiscalização e o controle externo dos Órgãos e representantes do Poder Público.

Unidade de	0		
Medida	Tipo	2015	
ão das ativi	M. Fis.	12	Total
Unidade	D	+ 1	12
Camara Munic	M. Fis.	1	
Unidade	U	ŀ	1
Subsídios e Representações de Vereadores	M.Fis.	9	
Unidade	A		9
0 0		Unidade de Medida Tipo Unidade A Unidade P Unidade P	Unidade de Medida Tipo 2015 M.Fís. 1 Unidade A M.Fís. Unidade P M.Fís. Unidade A

ANEXO DE METAS LDO - 2015

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Câmara Municipal

PROGRAMA: 002 - Modernização das atividades e estruturação da Câmara Municipal de Sumidouro

OBJETIVO: Proporcionar uma maximização das atividades inerentes à Câmara Municipal, com a Inf. e cursos de cap. prof.

Produto Medida Tipo 2015 Reequipamento da Câmara M.Fís. 5 EQUIPAMENTOS E MATERIAIS ADQUIRIDOS Unidade P Construção, Ampliação e/ou Reforma do Im óvel, pertencente a Câmara Municipal de Sumidouro M.Fís. 1 IMÓVEL CONSTRUÍDO, AMPLIADO E/OU REFORMA Unidade P	Açao	Unidade de			
equipamento da Câmara Unidade P Unidade P Instrução, Ampliação e/ou Reforma do Im el, pertencente a Câmara Municipal de Unidade P M.Fís. 1 M.Fís. 1 OVEL CONSTRUÍDO, AMPLIADO E/OU REFORMA	Produto	Medida	Tipo	2015	
Unidade P UIPAMENTOS E MATERIAIS ADQUIRIDOS nstrução, Ampliação e/ou Reforma do Im el, pertencente a Câmara Municipal de Unidade P midouro ÓVEL CONSTRUÍDO, AMPLIADO E/OU REFORMA	Reequipamento da Câmara				TOTAL
UIPAMENTOS E MATERIAIS ADQUIRIDOS nstrução, Ampliação e/ou Reforma do Im el, pertencente a Câmara Municipal de Unidade p midouro ÓVEL CONSTRUÍDO, AMPLIADO E/OU REFORMA		Unidade	P		C
nstrução, Ampliação e/ou Reforma do Im el, pertencente a Câmara Municipal de Unidade P midouro ÓVEL CONSTRUÍDO, AMPLIADO E/OU REFORMA	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS ADQUIRIDOS				
IMÓVEL CONSTRUÍDO, AMPLIADO E/OU REFORMA DO	Construção, Ampliação e/ou Reforma do Im óvel, pertencente a Câmara Municipal de Sumidouro	Unidade		1	1
	IMÓVEL CONSTRUÍDO, AMPLIADO E/OU REFORMA DO				

ANEXO DE METAS LDO - 2015

OBJETIVO: Garantir a contratação de pessoal através de concurso público PROGRAMA: 045 - CONTRATAÇÃO DE PESSOAL UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Câmara Municipal

Unidade de Medida Tipo 2015 M.Fís. 1 Unidade A
2015

ANEXO DE METAS LDO - 2015

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Gabinete do Prefeito

PROGRAMA: 003 - Modernização da Secretaria de Gabinete

OBJETIVO: Informatizar o Gabinete e maximizar os procedimentos, buscando maio agilidade no atendimento ao Púb. e questões internas

Ação	Unidade de			
Produto	Medida	Tipo	2015	30tb1
Reequipamento e Informatização do Gabine		M.Fis.	S	*CCGF
te	Unidade	P		
GABINETE INFORMATIZADO				
Manutenção e Operacionalização do Gabine		M.Fis.	23	22
te	Unidade	A		23
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS				
Manutenção e Operacionalização da Junta		M. Fis.	12	10
de Alistamento Militar	Unidade	A		71
ATIVIDADES DA JUNTA DESENVOLVIDAS				
Implementação e Operacionalização da Gua		M.Fis.	1	-
rda Municipal	Unidade	A		-
GUARDA MUNICIPAL IMPLEMENTADA				
Manutenção do Gabinete - caráter continu		M.Fis.	12	2
ado - Prefeito e Vice-Prefeito	Unidade	A		7.1
SUBSÍDIOS REALIZADOS				

ANEXO DE METAS LDO - 2015

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Gabinete do Prefeito

PROGRAMA: 004 - Manutenção e Operacionalização do Controle Interno

OBJETIVO: Exercer Fiscalização contábil, financeira, operacional e Patr. do Município, quanto a Legalidade, Legit., econ., etc.

Ação	Unidade de	Φ		
Produto	Medida	Tipo	2015	
Aprimoramento e atualização do Quadro de Profissionais de Controle PROFISSIOANIS QUALIFICADOS	Unidade	M.Fís.	4	Total 4
Desenvolvimento de software de informaçõ es gerenciais e de custos ou locação dos mesmos	Unidade	M.Fís.	Н	1
SOFTWARE DESENVOLVIDO OU LOCADO				
Hamutenção das Atividades da Coordenador ia de Controle Interno ATIVIDADES REALIZADAS	Unidade	M.Fís. A	350	350

ANEXO DE METAS LDO - 2015

OBJETIVO: Proporcionar uma melhor assessoria jurídica ao município	PROGRAMA: 005 - Manutenção e Operacionalização da Assessoria Jurídica	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Gabinete do Prefeito

Tipo 2015 M.Fís. 18	ATIVILIDADES DESENVOLVIDAS	Jurídica Unidade	Medida	Unidade de
		M.Fis.	,1	

ANEXO DE METAS LDO - 2015

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Gabinete do Prefeito

PROGRAMA: 075 - Maximização das Ações em Defesa Civil

OBJETIVO: Desenvolver e buscar através de parceria

	-
	Larcerias melhor
	melhorias
PSATA DETESS	Dofo -
CIVIL	

MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	INVESTIMENTOS REALIZADOS	Produto INVESTIMENTOS EM DEFESA CIVII	Ação
Unidade A	Unidade	Unidade de Medida Tipo	
M.Fís. 22	M.Fis. 3 Total 3	po 2015	

ANEXO DE METAS LDO - 2015

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Geral

PROGRAMA: 006 - Modernização e Otimização da Secretaria Geral

OBJETIVO: Expandir as atividades da Secretaria Geral, maximizando os procedimentos internos, interagindo c/ outros Órg.

Ação	Unidade de			
Produto	Medida	Tipo	2015	
Reequipamento e Informatização da Secret	- 1	M Fin		Total
aria Geral	Unidade	D		2
SECRETARIA INFORMATIZADA		,		
Manutenção e Operacionalização da Secret		M Fin	3	
aria Geral	Unidade	D	77	12
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	3	Þ		
Cursos de capacitação profissional para		M. Fis.	4	
os servidores da secretaria Geral SERVIDORES CAPACITADOS	Unidade	A	4.	4

ANEXO DE METAS LDO - 2015

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Divisão de Turismo

PROGRAMA: 007 - Modernização e Otimização da Divisão de Turismo

OBJETIVO: Implementar ações efetivas de fomento e desenvolvimento do Turismo à Nível Municipal

Ação	Unidade de			
Produto	Medida	Tipo	2015	Total
Manutenção e Operacionalização da Divisã		M.Fis.	8	α
o de Turismo	Unidade	A		c
ATIVIDADES DA DIVISÃO DE TURISMO REALIZA				
DAS				
Otimização das Ações em Turismo e Prodet		M. Fis.	10	10
ur	Unidade	A		
AÇÕES IMPLEMENTADAS				
Transferências a Instituições Privadas		M. Fis.	1	_
	Unidade	A		
SUBVENÇÕES SOCIAIS REALIZADAS				
Promoção e Realização de Eventos e Festi		M. Fis.	18	18
vidades	Unidade	A		
EVENTOS REALIZADOS				

ANEXO DE METAS LDO - 2015

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Sec.Planejamento e Coordenação

PROGRAMA: 008 - Modernização e Otimização da Secretaria de Planejamento e Coordenação

OBJETIVO: Modernizar tal setor de modo a que o mesmo possa realizar as diversas tarefas, conforme estabelecido na LRF.

Ação	Unidade de			
Produto		Tipo	2015	
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PER		M. Fis.	0	Total
MANENTE DA SEC.DE PLANEJAMENTO E COORDEN AÇÃO	Unidade	ק		
EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS				
Gestão da Politica, Ciência, Tecnologia		M. Fis.		
e Inovação	Unidade	A	+	1
ATIVIDADES OPERACIONALIZADAS				
Viabilização e Operacionalização de Banc		M.Fis.	1	
	Unidade	A	,	1
BANCO DE DADOS VIABILIZADO				
Capacitação Profissional		M. Fis.	1	4
	Unidade	A		
PESSOAL CAPACITADO				
Manutenção e Operacionalização da Sec.de		M. Fis.	12	
Planejamento e Coordenação	Unidade	A		12
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS				
INVESTIMENTOS - CAPACITAÇÃO DOS CIDADÃOS		M Fis	1	
EM INFORMÁTICA	Unidade	P	1	1
INVESTIMENTOS REALIZADOS				
CAPACITAÇÃO DOS CIDADÃOS EM INFORMÁTICA		M. Fis.	0	
BÁSICA	Unidade	D		0
CIDADÃOS CAPACITADOS				

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO Estado do Rio de Janeiro

ANEXO DE METAS LDO - 2015

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Administração

OBJETIVO: Melhoria do Quadro de pessoal através da realização de cursos, concurso público, maximizando os serviços. PROGRAMA: 009 - Manutenção das unidades e Desenvolvimento dos recursos humanos, para uma Gestão Pública eficiente.

Ação Produto Desenvolvimento das Atividades da Admini stração Geral e RH ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	Unidade de Medida	Tipo	2015	
idades da Admini			2015	
idades				
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS		M. Fis.	70	Total
	Unidade	А		70
Realização de Concurso Público		M.Fis.	1	
CONCURSO PÚBLICO REALIZADO	Unidade	A		
Sentenças Judiciárias		M.Fis.	1	
SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	Unidade	A		1
Promover e viabilizar cursos de capacita cão		M.Fis.	12	
CURSOS VIABILIZADOS	Unidade	A		-
Manutenção e Operacionalização do Depart amento Pessoal ATIVIDADES DESENVOTUTAS	Unidade	M.Fis.	850	850
2				
amento de Patrimônio	מאלאיאי	M. Fis.	4	4
Þ	onrada	A		
nalização do Depart o	Unidade	M.Fis.	4	4
S REALIZADAS		•		
Convênios - Tarifas/Contra-partida - Out		M.Fis.	6	
IFAS/CONTRA-PARTIDA - OUTROS EFETUADA	Unidade	A		σ
Constituição do PASEP		M.Fis.	12	
ÍDO	Unidade	A		12
Transferências a Pessoas (Benefícios / L icenças e Afins)	5.	M.Fis.	20	20
RÊNCIAS REALIZADAS	onradae	A		

ANEXO DE METAS LDO - 2015

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Administração

OBJETIVO: Melhoria do Quadro de pessoal através da realização de cursos, concurso público, maximizando os serviços. PROGRAMA: 009 - Manutenção das unidades e Desenvolvimento dos recursos humanos, para uma Gestão Pública eficiente.

ANEXO DE METAS LDO - 2015

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Administração

PROGRAMA: 010 - Modernização das Instalações, equipamentos e Sistemas da Secretaria de Administração

OBJETIVO: Buscar maior agilidade nos procedimentos internos e na interação com os demais Órgãos do Poder Executivo

Ação	Unidade de	0	
Produto	Medida	Tipo	2015
Informatização e Reequipamento da Secret		M. Fis.	2/
aria de Administração e seus Departament	Unidade	P	
os			

SECRETARIA REEQUIPADA E INFORMATIZADA

ANEXO DE METAS LDO - 2015

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Administração

PROGRAMA: 011 - Modernização e ampliação do espaço físico da Sede da Prefeitura Municipal de Sumidouro

OBJETIVO: Otimização dos espaços e modernização das instalações da Sede, proporcionando um atendimento mais eficiente à população

Ação	Unidade de	0	
Produto	Medida Tipo	Tipo	2015
Construção, reforma e ampliação dos Imóv	1	MEGO	Total
Con contaction of the contacti		M. Fis.	200
ers - Bens Públicos e de suas instalaçõe	Mt2	P	200
S.			

IMÓVEL SEDE DA PMS E INSTALAÇÕES AMPLIAD OS, REFORMADOS E/OU CONSTRUÍDO.

ANEXO DE METAS LDO - 2015

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria de Fazenda

PROGRAMA: 012 - Administração de Receitas

OBJETIVO: Otimização do processo de arrecadação dos tributos de competência do Município.

Ação	Unidade de	U		
Produto	Medida Tipo	Tipo	2015	TO+1
Operacionalização e Implementação de Fis		M.Fis.	500	
calização com contratação de Pessoal	Unidade	A		300
CONTRIBUTNTES FISCALIZADOS				
Aquisição de veículos		M. Fis.	1	1
	Unidade	P		H
VEÍCULO ADQUIRIDO				

ANEXO DE METAS LDO - 2015

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria de Fazenda

PROGRAMA: 013 - Manutenção das Unidades Básicas da Secretaria de Fazenda

OBJETIVO: Maximizar as atividades inerentes à secretaria de fazenda e seus respectivos departamentos

Ação	Unidade de			
Produto	Medida	Tipo	2015	Total
Manutenção do Departamento de Compras		M. Fis.	1	
	Unidade	A		
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS				
Manutenção e Operacionalização do Depart		M.Fis.	1	1
	Unidade	A		F
ATIVIDADES REALIZADAS				
Manutenção e Operacionalização do Depart		M.Fis.	1	
amento de Tributos e Cadastro	Unidade	A		+
ATVIDADES REALIZADAS				
Manutenção e Operacionalização do Depart		M.Fis.	1	
	Unidade	A		-
ATIVIDADES REALIZADAS				
Assistência Financeira a Associação de M		M.Fis.	1	
unicípios do Interior	Unidade	A		,
ASSITÊNCIA REALIZADA				
Assistência Financeira a EMATER		M. Fis.	1	т-
	Unidade	A		
SUBVENÇÕES SOCIAIS CONCEDIDAS				
Manutenção e Operacionalização da Secret		M.Fis.	1	1
aria de Fazenda-Geral	Unidade	A		
ATIVIDADES REALIZADAS				
Encargos de Exercícios Anteriores		M.Fis.	2	2
	Unidade	A		1
DÉBITOS QUITADOS				
Restituição - Convênios - Outros		M.Fis.	2	2
	Valor	P		
RECURSOS DEVOLVIDOS				
Restituição - Convênio - Outros		M.Fis.	2	2
	Unidade	A		
CONVÊNIOS E OUTROS RESTITUIDOS				

ANEXO DE METAS LDO - 2015

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria de Fazenda

PROGRAMA: 013 - Manutenção das Unidades Básicas da Secretaria de Fazenda

OBJETIVO: Maximizar as atividades inerentes à secretaria de fazenda e seus respectivos departamentos

Contratações por Prazo Determinado

CONTRATAÇÕES REALIZADAS

M.F.LS.

Unidade

ANEXO DE METAS LDO - 2015

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria de Fazenda

PROGRAMA: 014 - Modernização da Administração Tributária

OBJETIVO: Buscar incrementar as receitas próprias do Município através de uma Secretaria atuante e moderna

Ação	Unidade de			
Produto	Medida	Tipo	2015	
Informatização e Reequipamento da Secret		M Fis		Total
aria de Fazenda, com aquisição de equip.	Unidade	D	12,	4
e mobiliário				
SECRETARIA DE FAZENDA INFORMATIZADA				
Implementação e Maximização da cobrança		M. Fis	150	
da dívida ativa	Unidade	A		450
COBRANÇA MAXIMIZADA				
Promover continuamente cursos de capacit		M. Fis.	2	
ação e aperfeiçoamento dos profissionais	Unidade	A	r	2

PROFISSIONAIS QUALIFICADOS

ANEXO DE METAS LDO - 2015

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria de Fazenda

PROGRAMA: 068 - Equilibrio Atuarial

OBJETIVO: Amortização de Déficit Atuarial do Instituto de Aposentadorias e Pensões de Sumidouro

Ação Produto	Unidade de	D 3.	
	Unidade de	Ф	
Produto	Medida Tipo	Tipo	2015
tuarial RPPS	IInidade		13 Yotal
CONTRIBUIÇOES REALIZADAS		Þ	

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria de Obras

ANEXO DE METAS LDO - 2015

OBJETIVO: Pavimentar, drenar e realizar obras em geral nos logradouros do Município, melhorando a qualidade de vida da população. PROGRAMA: 015 - Pavimentação, drenagem, saneamento e obras diversas

	Ação	Unidade de			
O d Unidade P M.Fis. 2 100 Unidade P M.Fis. 4 ADD Unidade P M.Fis. 100 Mt2 P M.Fis. 2.100 Mt2 P M.Fis. 45 Mt2 P M.Fis. 45 Mt2 P M.Fis. 1 1 Unidade P M.Fis. 1	Produto			2015	
CO	mpliação e Reequipamento				
Ico Unidade P M.Fis. 4 2.10 Mt2 P M.Fis. 2.100 Mt2 P M.Fis. 45 Mt2 P M.Fis. 1 a Unidade P M.Fis. 60 Mt2 P M.Fis. 1 d Unidade P M.Fis. 1 a Mt2 P M.Fis. 1 d Unidade P M.Fis. 1 1 d Unidade P M.Fis. 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	TORRES CONSTRUÍDAS E AMPLIADAS	official	r		1
Unidade P Mt2	sequipamento e Modernização dos		M.Fis.	4	
MAD MICHAEL MICHAEL	PUTCOS DE	Unidade	P		4
Mt2	KATĆOS DE				
iia Mt2 p M.Fis. 2.100 2.1 Mt2 p M.Fis. 2.100 2.1 a Unidade p M.Fis. 1 id Unidade p M.Fis. 60 60 id Unidade p M.Fis. 1 a Mt2 p M.Fis. 122 a Mt2 p M.Fis. 100 q Mt2 p M.Fis. 100	E REEQUI				
Mt2 P	nstrução de Galerias e/ou Redes		M_Fic	20	
Mt2 P M.Fis. 2.100 2.1 Mt2 P M.Fis. 45 Mt2 P M.Fis. 1 Unidade P M.Fis. 60 Mt2 P M.Fis. 1 d Unidade P M.Fis. 1 a Mt2 A M.Fis. 122 A Mt2 P M.Fis. 100 10 11		Mt2		TO	10
Mt2 P M.Fis. 2.100 Mt2 P M.Fis. 45 Mt2 P M.Fis. 1 Unidade P M.Fis. 60 Mt2 P M.Fis. 1 Mt2 P M.Fis. 122 Mt2 P M.Fis. 122 Mt2 P M.Fis. 100 Mt2 P M.Fis. 100	GALERIAS CONSTRUÍDAS		+		
Mt2 P M.Fis. 2.100 Mt2 P M.Fis. 45 Mt2 P M.Fis. 1 Unidade P M.Fis. 60 Mt2 P M.Fis. 1 d Unidade P M.Fis. 1 a Mt2 A M.Fis. 122 A Mt2 P M.Fis. 100	de		M EX		
Mt2 P M.Fis. 45 Mt2 P M.Fis. 1 Unidade P M.Fis. 60 Mt2 P M.Fis. 1 Unidade P M.Fis. 1 M.Fis. 120 Mt2 P M.Fis. 100		M+2		2.100	2.100
Mt2 P M.Fis. 45 a Unidade P M.Fis. 60 Mt2 P M.Fis. 1 unidade P M.Fis. 1 a Mt2 A M.Fis. 122 A Mt2 P M.Fis. 100 10 11 12 13	REDES DE ESGOTOS CONSTRUÍDAS				
Mt2 P M.Fis. 1 Unidade P M.Fis. 60 Mt2 P M.Fis. 1 Unidade P M.Fis. 122 A Mt2 P M.Fis. 100 Mt2 P M.Fis. 100	Construção de paredões e muros		M.Fis.	As	
a Unidade P M.Fis. 60 Mt2 P M.Fis. 1 Unidade P M.Fis. 12 A Mt2 A M.Fis. 122 10 Mt2 P M.Fis. 100 11 12		Mt2		4	45
M.Fis. 1	MUROS, PAREDÕES E ESCADAS CONSTRUÍDOS				
Unidade P	nto e		M _. 和in		
Mt2 P M.Fis. 60 Mt2 P M.Fis. 1 Unidade P M.Fis. 122 A Mt2 A M.Fis. 100 M.Fis. 100 M.Fis. 100	Rodoviário	Unidade		_	1
Mt2 P M.Fis. 60 Id	SISTEMA RODOVIÁRIO MODERNIZADO		,		
Mt2 P M.Fis. 1 M.Fis. 122 M.Fis. 100 M.Fis. 100 Mt2 P M.Fis. 100 Mt2 P	Construção de Pontes no Município		M.Fis.	20	
Ind Unidade P M.Fis. 122 a M.Fis. 122 A Mt2 A M.Fis. 100 Mt2 P M.Fis. 100		Mt2			60
Id Unidade P	PONTES CONSTRUIDAS				
Unidade P	Aquisição de Terreno para Condomínio Ind		M Fig		
a M.Fís. 122 Mt2 A Mt2 P M.Fís. 100 Mt2 P M.Fís. 100	ustrial e demais utilizações	Unidade			1
a M.Fís. 122 A Mt2 A M.Fís. 100 M.Fís. 100 M.Fís. 100	TERRENO ADQUIRIDO		,		
Mt2 A M.Fis. 100 Mt2 P M.Fis. 100	1		M Fig		
Mt2 P M.Fis. 100	ças, Parques e Jardins	M+2		122	122
q Mt2 P M.Fís. 100	PRAÇAS, PARQUES E JARDINS CONSTRUÍDOS, A	1100	A		+
Mt2 P M.Fis. 100	REFORMADOS				
Mt2 P	Revitalização Pca Sr.dos Passos, constr.q		M Fig		
((((uiosques, ptos Taxi, ampl. e modernização	Mt2		100	100
-	11111111111111111	1	11111		
	CECTECECTECTE	-	(((((000000000000000000000000000000000000000

ANEXO DE METAS LDO - 2015

PROGRAMA: 015 - Pavimentação, drenagem.	m. saneamento	obso		
		eral nos	logradouros do Município,	
Rodoviaria Urbana				- 1
PRACA REVITALIZADA E RODOVIARIA AMPLIADA				
Construção de Posto de Policiamento Comu		M.Fis.	1	
POSTO CONSTRUÍDO	Unidade	ק		-
Reforma do Estádio Paulo Freitas		M. Fis	_	
ESTÁDIO REFORMADO	Unidade	P	ŀ	1
OBRAS P/IMPLEMENTAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBL		M.Fis.	3.000	
OBRAS REALIZADAS	Mt	יטי		3:000
À R.AUGUSTO SARDINHA DA COSTA EM S.CAET ANO	Unidade	M.Fís. P	1	1
GALERIA CONSTRUÍDA				
CONSTRUÇÃO DE GALERIA E REDE PLUVIAL EM ARROZAL	77,2,2,	M.Fis.	1	1
GALERIA CONSTRUÍDA E REDE PLUVIAL	оптида	۳		-
CONSTRUÇÃO DE NOVOS CEMITÉRIOS, AMPLIAÇÃ O E REFORMAS DE CEMITÉRIOS EXISTENTES CEMITÉRIOS CONSTRUÍDOS, AMPLIADOS E REFO RMADOS	Unidade	M.Fís.	150	150
OBRAS P/IMPLEMENTAÇÃO, CONSTRUÇÃO E SERV IÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NOS DIVERSOS DISTRITOS	Unidade	M.Fís.	270	270
OBRAS REALIZADAS OBRAS E REFORMAS P/IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇ		조 편 0		
OBRAS REALIZADAS	Mt	P		900

ANEXO DE METAS LDO - 2015

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria de Obras

PROGRAMA: 016 - Modernização da Secretaria de Obras

OBJETIVO: Otimizar os serviços intrínsecos à Secretaria de Obras, melhorando a qualidade dos mesmos.

Ação	Unidade de			
Produto	Medida	Tipo	2015	
Manutenção e Operacionalização do Setor		M. Fis	1	Total
de Obras e Fiscalização	Unidade	A	+	1
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS				
Manutenção e Operacionalização do Setor		M.Fis.	1	
de Serviços de Utilidade Pública e Afins	Unidade	A	F	1
ATIVIDADES REALIZADAS		;		
Manutenção do Setor de Iluminação Públic		M. Fis.	1	
a	Unidade	A		<u> </u>
ATIVIDADES REALIZADAS				
Manutenção e Operacionalização da Secret		M. Fis.	1	
aria de Obras e Sistema Rodoviário	Unidade	A	,	1
ATIVIDADES REALIZADAS				
Manutenção e Operacionalização do Depart		M.Fis.	1	
amento de Manutenção de Veículos	Unidade	A	H	1
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS				
Restituição - Convênios - Secretaria de		M. Fis.	1	
	Valor	D	۲	1
RECURSOS RESTITUÍDOS		,		
Restituição - Convênios - Sec.Obras		M. Fis.	1	
	Valor	A		—
RESTITUIÇÃO REALIZADA				

ANEXO DE METAS LDO - 2015

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria de Obras

PROGRAMA: 017 - Construção de Escadas e Afins

OBJETIVO: Melhorar o acesso de pessoas moradoras em locais de difícil acesso

ESCADAS CONSTRUÍDAS	construção de Escadas	Ação Produto	
Mt2 P	M.Fis.	Unidade de Medida Tipo	
10	10 Total	2015	

ANEXO DE METAS LDO - 2015

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria de Obras

PROGRAMA: 018 - Limpeza Urbana

OBJETIVO: Proporcionar uma melhoria efetiva na questão da limpeza urbana do Município.

Produto Medida Tipo 2015 Operacionalização e Otimização da Coleta M.Fís. 38 de Lixo Urbano e retirada de entulhos Tonelada A	Ação	Unidade de	0	
eta M.Fís. Tonelada A	Produto	Medida	Tipo	2015
Tonelada A	Operacionalização e Otimização da Coleta		M. Fis.	38
	de Lixo Urbano e retirada de entulhos	Tonelada		

ANEXO DE METAS LDO - 2015

PROGRAMA: 046 - Pavimentação e Desenvolvimento Urbano UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria de Obras

OBJETIVO: Melhorar a pavimentação e o desenvolvimento urbano

Ação Produto	Unidade de	3.50		
Pavimentação (Calçamento e/ou Asfaltamen		M E45	2015	Total
to) das Vias Públicas e Estradas Vicinai s	Mt	P M. F.I.S.	2.500	2.500
VIAS-PÚBLICAS PAVIMENTADAS				
Construção de banheiro público em Campin as	Inidada	M.Fís.	2	2
BANHEIROS CONSTRUÍDOS	CHILDRICA	н		
CALÇAMENTO/PAVIMENTAÇÃO DA ESTRADA SU-37	M †	M.Fis.	300	300
OBRAS REALIZADAS	110	Н		
OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA-CONTENÇÃ O E RECUPERAÇÃO DE ENCOSTAS E AFINS OBRAS REALIZADAS	Mt2	M.Fis.	100	100
CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, RECUPERAÇÃO E REF ORMA DE CALÇAMENTOS E DAS REDES DE ESGOT O	Mt	M.Fís.	150	150

OBRAS REALIZADAS

ANEXO DE METAS LDO - 2015

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria de Obras

PROGRAMA: 053 - Infra-estrutura Urbana - Rural

OBJETIVO: Melhorar a infra-estrutura urbana - rural

Açao	Unidade de			
Produto	Medida	Tipo	2015	
Construção de Casas Populares		M.Fís.	50	Total
CASAS POPULARES CONSTRUÍDAS	Unidade	P		50
Construção e/ou Reformas de Calçadas e A fins no município CALÇADAS CONSTRUÍDAS E/OU REFORMADAS	Mt2	M.Fís.	20	20
Manutenção de Estradas vicinais e afins - Prestação de Serviços ESTRADAS MANTIDAS	Mt	M.Fís.	100.000	100.000
Construção de abrigos p/ passageiros do transporte coletivo no Município ABRIGOS CONSTRUÍDOS	Unidade	M.Fís.	2	2
Construção do Pórtico de entrada no Muni cípio PÓRTICO CONSTRUÍDO	Unidade	M.Fís. P	1	1
Implantação, Ampliação ou Melhoria do Se rviço de Saneamento em Áreas Rurais ÁREA ATENDIDAS	Km	M.Fis.	15	15
NUMERAÇÃO E NOMINAÇÃO DE RUAS E LOGRADOU ROS LOGRADOUROS NUMERADOS E NOMINADOS	Unidade	M.Fís.	1	1

ANEXO DE METAS LDO - 2015

OBJETIVO: Parcerias com entidades afim de obter maior apoio ao município PROGRAMA: 058 - Contrapartida - Convênios UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria de Obras

CONVÊNIOS REALIZADOS	contrapartida	Produto	Ação
Unidade A	M.Fis.	Medida Tipo	Unidade de
4	3	2015	

ANEXO DE METAS LDO - 2015

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria de Obras

PROGRAMA: 072 - AÇÕES DE RESPOSTA AOS DESASTRES

OBJETIVO: Induzir a atuação em rede dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Defesa Civil em apoio às ações de defesa civil.

Produto Medida Tipo 2015 IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DE SOCORRO, ASSIS M.Fís. 2 TÊNCIA AS VÍTIMAS, RESTAB.DE SERV.ESSENC Unidade A 2015 2	Ação	Unidade de			
M.Fís. Unidade A	Produto	Medida	Tipo	2015	
Unidade A	IMPLEMENTAÇÃO DE AÇOES DE SOCORRO, ASSIS		M. Fis.	2	
	TENCIA AS VITIMAS, RESTAB.DE SERV.ESSENC	Unidade	A		

AÇÕES IMPLEMENTADAS

ANEXO DE METAS LDO - 2015

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria de Obras

PROGRAMA: 073 - MAXIMIZAÇÃO DAS AÇÕES EM HABITAÇÃO

OBJETIVO: Promover Melhorias em Habitação

Açao	Unidade de			
Produto	Medida	Tipo	2015	
INVESTIMENTOS-HABITAÇÃO		M. Fis.	40	Total
INVESTIMENTOS REALIZADOS	Unidade	P		40
OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES EM HABITAÇÃO		M.Fis.	22	
AÇÕES DESENVOLVIDAS	Unidade	A		2

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria de E	Educação			
019 - Modernização e Otimi	da	Secretaria de E	Educação	
OBJETIVO: Maximizar as atividades ope	nai	e burocráti	s da Secretaria de Educação, com uma prestação de serv.	eficaz.
Ação	Unidade de			
Produto	Medida	Tipo	3017	
Capacitação Profissional	II i i i i i i i i i i i i i i i i i i	M.Fis.	2015 Total	
PROFISSIONAIS CAPACITADOS	CILLAGAG	h		1
Aquisição de Uniformes escolares e unifo		M.Fis.	2 000	
UNIFORMES E MATERIAIS ADQUIRIDOS	Unidade	A		2.000
Tarifas Bancárias - Educação	Unidade	M.Fís.	12	12
Restituição - Convênios - Educação				
rituídos	Unidade	A M.FLS.	1	1
		M.Fís.	1	
Quadras Esportivas e Afins, na localidade de Campinas	Unidade	P		1
GINÁSIO CONSTRUÍDO				
Manutenção e Operacionalização do setor administrativo e apoio à Secretaria de E	Unidade	M.Fís.	1	1
uucaçao				
OCRÁTICO)				
éc	Unidade	M.Fís.	1	1
CURSOS OFERECIDOS	Unidade	M.Fís.	2	2
Aquisição de terreno para construção de Quadra Poliesportiva em Soledade I	Unidade	M.Fís.	1	1
((((((((((((((((((((((((((((((((((((((())))	000000000	(((((((((((((((((((((((((((((((((((((((000000

RIANÇAS, NA LOCALIDADE DE CAMPINAS PARQUE CONSTRUÍDO EM CAMPINAS Unidade		TERRENO ADQUIRIDO	OBJETIVO: Maximizar as atividades operacionais e burocráticas da sec	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria de Educação
M.Fis. 1 1	Unidade P 0	eficaz.	OBJETIVO: Maximizar as atividades operacionais e burocráticas da Secretaria de Educação	O O

OBORTIVO:	PROGRAMA:	UNIDADE OF
OBUETIVO: Capacitar a criança de 4 a 6 anos para iniciar o processo pedagógico, proporcionando-lhes o seu desenvolvimento social.	PROGRAMA: 020 - Manutenção, Revitalização e Ampliação da Educação Infantil	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria de Educação
proporcionando-lhes o seu desenvolvimento soci		
al .		

Ação Produto	Unidade de			
Reequipamento do Ensino Pré-Escolar	Medida	Tipo	2015	Total
	Unidade	D	N	2
EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS				
Construção, Ampliação e Reformas de Uni dades - Ensino Pré-Escolar	Mt2	M.Fís.	2	2
UNIDADES CONSTRUÍDAS, REFORMADAS E/OU AM PLIADAS				
Ampliação e reestruturação das atividade s de aprendizado específicas para crianç	Unidade	M.Fís.	4	4.4
ATIVIDADES AMPLIADAS E RESTRUTURADAS				
Manutenção da Unidade de Educação Infant il - Diversos Custeios de caráter Contin uado - Pré-Escolar	Unidade	M.Fís. A	1	1
UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL MANTIDA				
Reforma e ampliação de unidades escolare s na localidade de Venda da Ponte ESCOLA REFORMADA / AMPLIADA	Unidade	M.Fís.	1	1
Reforma e ampliação de unidades escolare s na localidade de Benfica ESCOLA REFORMADA / AMPLIADA	Unidade	M.Fís. P	1	1
ad	Unidade	M.Fís.	1	1
MEKENDA - EDUCAÇÃO INFANTIL E DISTRIBUIÇ ÃO DE LEITE PARA CRIANÇAS - EDUCAÇÃO INF ANTIL	Unidade	M.Fís. A	1	1

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO Estado do Rio de Janeiro

ANEXO DE METAS LDO - 2015

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria de Educação

PROGRAMA: 020 - Manutenção, Revitalização e Ampliação da Educação Infantil

OBJETIVO: Capacitar a criança de 4 a 6 anos para iniciar o processo pedagógico, proporcionando-lhes o seu desenvolvimento social.

ANEXO DE METAS LDO - 2015

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria de Educação

PROGRAMA: 021 - Creches

OBJETIVO: Modernização e Expansão dos serviços inerentes as creches, visando um atendimento c/ mais qualidade à população.

Açao	Unidade de			
Produto	Medida	Tipo	2015	
Manutenção e Operacionalização de Creche		M. Fis.		Total
S	Unidade	A		
ATIVIDADES REALIZADAS				
Aquisição de Veículo específico para SME		M.Fis.	2	
0	Unidade	P	r	
VEÍCULO ADQUIRIDO				
Construção, Ampliação e Reformas de Crec		M. Fis.	50	
hes	Mt2	P		
CRECHES CONSTRUÍDAS, AMPLIADAS E REFORMA		,		
DAS				
INVESTIMENTOS E REEQUIPAMENTOS DE CRECHE		M.Fis.	2	
	Unidade	P		
INVESTIMENTOS REALIZADOS				

ANEXO DE METAS LDO - 2015

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria de Educação

PROGRAMA: 022 - Educação Especial

OBJETIVO: Educação escolar ao aluno portador de necessidades

Ação	Unidade de	D		
Produto	Medida Tipo	Tipo	2015	Total
Manutenção e Operacionalização de outras		M.Fis.	1	1
Ações de Educação	Unidade	A		
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS				

ANEXO DE METAS LDO - 2015

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria de Educação
PROGRAMA: 023 - Modernização e Revitalização do Ensino Fundamental
OBJETIVO: Assegurar a igualdade nas condições de acesso, permanência e êxito do aluno no Ensino Funadamental.

Ação	Unidade de			
Produto	Medida	Tipo	2015	Total
MERENDA ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL		M. Fis.	1	1
	Unidade	A		
MERENDA ESCOLAR ADQUIRIDA				
Construção, Ampliação e Reformas de nova		M.Fis.	55	5.5
s unidades escolares - Ensino Fundamenta	Mt2	P		
1				
UNIDADE ESCOLAR CONSTRUÍDA				
Construção de muros e/ou poços artesiano		M.Fis.	4	4
s nas diversas unidades escolares do Ens	Mt2	P		
. Fundamental				
MUROS E/OU POÇOS CONSTRUÍDOS				
Merenda Escolar - Outras Fontes		M.Fis.	Ь	ь.
	Unidade	A		
MERENDA DISTRIBUÍDA				
Reequipamento do Ensino Fundamental		M.Fis.	10	10
	Unidade	P		
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES ADQ UIRIDOS				
Manutenção e Operacionalização da Unidad		M.Fis.	1	
e de Ensino Fundamental	Unidade	A		
UNIDADE DE ENSINO FUNDAMENTAL MANTIDA				
Aquisição de Kits tecnológicos para as U		M.Fis.	100	100
nidades Escolares	Unidade	P		+ 6
KITS ADQUIRIDOS				
Transporte - Ensino Fundamental		M. Fis.	12	12
	Unidade	A		
TRANSPORTE VIABILIZADO				
OPERACIONALIZAÇÃO - SEMINÁRIO - EDUCAÇÃO		M. Fis.	1	1

|--|

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO Estado do Rio de Janeiro

ANEXO DE METAS LDO - 2015

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria de Educação

PROGRAMA: 024 - Educação para Jovens e Adultos

OBJETIVO: Buscar erradicar o analfabetismo no Município, proporcionando o acesso de todos à uma Educação com qualidade.

ANALFABETISMO ERRADICADO	Erradicação do Analfabetismo (Jovens e A dultos)	Ação Produto	
	(Jovens e A Unidade A	Unidade de Medida Tipo	
	-	2015	
		Total 1	

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO Estado do Rio de Janeiro

ANEXO DE METAS LDO - 2015

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria de Educação

PROGRAMA: 026 - Incentivo à Cultura

OBJETIVO: Resgate dos aspectos culturais do Município e desenvolvimento das ações inerentes a cultura propriamente dita.

Ação	Unidade de Medida	Tipo	2015	Total
Aquisição de Instrumentos Musicais	Unidade	M.Fís. P	2	
INSTRUMENTOS ADQUIRIDOS				
Manutenção e Operacionalização do Setor de Cultura vinculado a SME	Unidade	M.Fis.	H	
ATIVIDADES CULTURAIS VIABILIZADAS				
Reforma do Casarão		M. Fis.	10	
	Mt2	P		
CASARÃO REFORMADO			,	
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PE PANANENTES PARA O CENTRO CULTURAL	Unidade	M.Fis.	C	
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS ADQUIRIDOS				
Valorização da Cultura - Formas de Org.		M.Fis.	4	
Social	Unidade	A		
ATTVIDADES DESENVOLVIDAS				

ANEXO DE METAS LDO - 2015

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria de Educação

PROGRAMA: 039 - Incentivo à Estudantes Universitários Desporto e Lazer

OBJETIVO: Proporcionar aos alunos da Rede Pública Municipal de Ensino o acesso a univerdades e a atividades esportivas e de lazer.

Ação	Unidade de			
Produto	Medida	Tipo	2015	Total
Aquisição de material esportivo para a c		M.Fis.	120	120
oordenação de esportes da SMEC	Unidade	A		
MATERIAIS ESPORTIVOS ADQUIRIDOS				
Transporte Gratuito		M.Fis.	12	12
	Unidade	A		
TRANSPORTE VIABILIZADO				
Assistências Financeiras a Entidades Esp		M. Fis.	1	1
ortivas	Unidade	A		
ENTIDADES ESPORTIVAS ATENDIDAS				
Manutenção e Operacionalização do Setor		M. Fis.	1	
de Esportes vinculado a SME	Unidade	A		
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS				
Infra-estrutura esportiva - esporte e la		M.Fis.	2	2
zer da Cidade U	U. Monetária	P		
SERVIÇOS DISPONIBILIZADOS				
Praça da Juventude - PRODESCI		M.Fis.	1	1
	Unidade	P		
SERVIÇOS DISPONIBILIZADOS				
Esporte e Lazer da Cidade - Div. Custeio		M.Fis.	2	2
6	Unidade	A		
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS				
Projetos Esportivos e Sociais de Desenvo		M.Fis.	5	Cī.
lvimento Sist Gestão Compart. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	Unidade	A		
CONSTRUÇÃO DE ALAMBRADOS E REFORMA DE VE		M.Fis.	1	1
STIÁRIOS PARA CAMPO DE FUTEBOL, DONA MAR	Unidade	P		
LANA				

ALAMBRADOS CONSTRUÍDOS E VESTIÁRIOS REFO RMADOS EM DONA MARIANA

ANEXO DE METAS LDO - 2015

UNIDADE ORÇAMENTARIA: Secretaria de Educação
PROGRAMA: 039 - Incentivo à Estudantes Universitários Desporto e Lazer
OBJETIVO: Proporcionar aos alunos da Rede Pública Municipal de Ensino o acesso a univerdades e a atividades esportivas e de lazer.
DEFENDMY DO CAMBO DE ELITEBOT ALAMBDADOS M. E.S.

REFORMA DO CAMPO DE FUTEBOL, ALAMBRADOS E VESTIÁRIOS, NA LOCALIDADE DE CAMPINAS OBRAS REALIZADAS Unidade P

ANEXO DE METAS LDO - 2015

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria de Educação

PROGRAMA: 054 - Subvenções Sociais - Educação e Cultura

OBJETIVO: Subvencionar Entidades

Ação	Unidade de	Ф		
Produto	Medida Tipo	Tipo	2015	Total
Auxílio Financeiro a Sociedade Musical 3		M.Fis.	₽	1
1 de Dezembro	Unidade	A		
AUXÍLIOS CONCEDIDOS				

ANEXO DE METAS LDO - 2015

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Saúde

PROGRAMA: 031 - Modernização e Ampliação dos Serviços de Saúde a nível Municipal.

OBJETIVO: Modernização dos serviços públicos de saúde visando o bem estar da população

Ação	Unidade de			
Produto	Medida	Tipo	2015	
Reforma e Ampliação do Hospital Municipa		M. Fis.		TOCAL
1	Unidade	P		_
HOSPITAL REFORMADO				
Construção, ampliação e reforma dos Post		M. Fis.	w	,
pio	Unidade	ש		Ĺ
POSTOS REFORMADOS, MANTIDOS OU CONSTRÍDO				
S				
Construção de Posto de Saúde em Campo Le		M. Fis.		
	Unidade	P		_
POSTO CONSTRUÍDO				
Construção de Posto de Saúde em Venda da		M.Fis.		4
Ponte	Unidade	P		_
POSTO CONSTRUÍDO				
Ampliação e reforma de Posto de Saúde em		M.Fis.	1	4
	Unidade	P		1
POSTO CONSTRUÍDO				
MANUTENÇÃO DO SETOR DE TRANSPORTE		M.Fís.	1	4
SETOR DE TRANSPORTE MANTITO	Unidade	A		F
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ESPECÍFICOS - HOSPITAL	מייי אייי	M.Fís.	ω	ω
EQUIPAMENTOS ESPECÍFICOS ADQUIRIDOS	OHITHAGE	щ		
DEMANDAS E SENTENÇAS JUDICIAIS E AFINS		M.Fis.	36	35
OPERAÇÕES REALIZADAS	Unidade	A		

ANEXO DE METAS LDO - 2015

UNIDADE
ORÇAMENTARIA:
Secretaria
Municipal
de
Saude

PROGRAMA: 032 - Otimização da Secretaria de Saúde e Promoção Social

OBJETIVO: Melhoria nos procedimentos internos, buscando a eficácia nas atividades.

Ação	Unidade de			
Produto	Medida	Tipo	2015	Total
Capacitação de Servidores		M.Fis.	2	2
	Unidade	A		
FUNCIONÁRIOS CAPACITADOS				
Construção, Reforma e ampliação da sede		M. Fis.	1	
da Sec. de Saúde e Prom. Social	Unidade	P		
CENTRO REFORMADO, AMPLIADO OU CONSTRUÍDO				
Manutenção e operacionalização das Unida		M.Fis.	ы	ω
des Administrativas e Operacionais de Sa	Unidade	A		
UNIDADES DE SAÚDE MANTIDAS				
Tarifas bancárias - Saúde		M.Fis.	12	12
	Unidade	A		
TARIFAS PAGAS				
Reequipamento do Fundo de Saúde	2	M. Fis.	10	10
	Unidade	P		
EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO ADQUIRIDOS				
ENCARGOS GERAIS - ÁREA OPERACIONAL - AÇÕ		M. Fis.	12	12
ES EM SAÚDE	Unidade	A		
ENCARGOS PAGOS				
AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O SETOR DE TR		M. Fis.	З	ω
ANSPORTE	Unidade	P		
VEÍCULOS ADQUIRIDOS				

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO Estado do Rio de Janeiro

ANEXO DE METAS LDO - 2015

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal	de	Saúde		
PROGRAMA: 056 - Ampliação dos Serviços	s de Saúde	(D)		
iços	e do município	cípio		
Ação	Unidade de			
Produto		Tipo	2015	30+01
Farmácia Básica para Distribuição de Med		M.Fis.	3.000	Tocal
ulação	Unidade	A		3.000
MEDICAMENTOS DISTRIBUÍDOS				
CONSÓRCIO - CIS - SERRA		M.Fis.	1	
CONTRIBUIÇÕES REALIZADAS	Unidade	A		
MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ESPECIALIDADES O		M.Fis.	1	1
ESI		;		
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO HOSPITAL MU		M. Fis.	1	-
	Unidade	A		-
ATIVIDADES HOSPITALARES DESENVOLVIDAS				
CAPACITAÇÃO GERENCIAL DA UNIDADE HOSPITA		M.Fis.	40	40
LAR	Unidade	A		
FESSOAL CAPACITADO				
MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	Unidade	M.Fís.	12	12
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS				
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PER		M.Fis.	2	3
	Unidade	P		2
DE REABILITAÇÃO	Inidade	M.Fis.	Cī	C5
EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS		,		
MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICO SO		M. Fis.	1	4
	Unidade	A		
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO CENTRO DE ATENÇÃO				
MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REABILITAÇÃO		M. Fis	1	
	In i dado	3		-

Unidade

ANEXO DE METAS LDO - 2015

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Saúde

PROGRAMA: 056 - Ampliação dos Serviços de Saúde

OBJETIVO: Ampliar os serviços de saúde do município

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

ANEXO DE METAS LDO - 2015

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Saúde

PROGRAMA: 069 - Vigilância em Saúde

OBJETIVO: Desenvolver um conjunto de medidas capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde

Ação	Unidade de			
Produto	Medida	Tipo	2015	T0+21
AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA VIGILÂNCIA SA		M.Fis.	22	-CGI
NITÁRIA E AMBIENTAL	Unidade	P		7
VEÍCULOS ADQUIRIDOS				
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA		M. Fis.		1
EM SAÚDE	Unidade	A		
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS				
IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO NÚCLEO DE ED		M. Fis.	1	
UCAÇÃO EM SAÚDE	Unidade	A		-
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE IMPLANTANDO				
E MANTIDO				
IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA A		M.Fis.	1	1
MBIENTAL EM SAÚDE	Unidade	A		-
VIGILÂNCIA AMBIENTAL EM SAÚDE IMPLANTADA				
E MANTIDA				

ANEXO DE METAS LDO - 2015

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Saúde

PROGRAMA: 070 - PROGRAMA DE ATENÇÃO BÁSICA

OBJETIVO: Induzir a ampliação do acesso e a melhoria da qualidade da atenção básica, com garantia de um padrão de qualidade.

Ação	Unidade de			
Produto	Medida	Tipo	2015	
IMPLANTAÇÃO, CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLI		M. Fis.	2	Total
AÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	Unidade	P	1	
UNIDADES DE SAÚDE IMPLANTADAS, CONSTRUÍD				
AS, REFORMADAS E AMPLIADAS				
AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E MATERIAL PERMANE		M. Fis.	1	*
NTE PARA UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	Unidade	PD .	,	
VEÍCULOS E MATERIAIS ADQUIRIDOS				
IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁ		M. Fis.	1	
SICAS DE SAÚDE	Unidade	D	F	
UNIDADES BÁSICAS IMPLANTADAS E MANTIDAS		;		

ANEXO DE METAS LDO - 2015

OBJETIVO: Desenvolver estratégias de promoção da qualidade de vida. PROGRAMA: 071 - ASSISTÊNCIA DE ALTA E MÉDIA COMPLEXIDADE UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Saúde

est day	Unidade de	U		
Produto		Tipo	2015	
MANENTE PARA O CENTRO DE ESPEC CIÍNICAS		M.Fis.	ω	Total
E DIAG.	Unidade	Ą		C.
EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS				
LÍNICAS E DIAGNÓSTICOS	Unidade	M.Fís.	1	1
CENTRO DE ESPECIALIDADES MANTIDO		;		

ANEXO DE METAS LDO - 2015

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria de Agricultura

PROGRAMA: 025 - Maximização na Utilização do Lixo Doméstico

OBJETIVO: Atender as necessidades básicas da População do Município

LAGEM E COMPOSTAGEM DE LIXO Unidade P TERRENO ADQUIRIDO	Medida Tipo	Unidade de	
1 TOTAL 1	2015		

ANEXO DE METAS LDO - 2015

OBJETIVO: Propiciar melhor atendimento da Secretaria aos Produtores Rurais PROGRAMA: 027 - Modernização da Secretaria de Agricultura UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria de Agricultura

Ação	Unidade de			
Produto	Medida	Tipo	2015	
Aquisição de equipamentos e programas de		M Fis	_	Total
,	Unidade	D	H	1
EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS				
Curso de capacitação de pessoal com ênfa		M.Fis.	1	
se em informática	Unidade	A		1
PESSOAL CAPACITADO				
Restituição - Convênios - Sec.Agricultur		M. Fis.	12	
	Unidade	P		12
CONVÊNIOS RESTITUÍDOS				
Restituição - Convênios - Agricultura		M.Fis.	12	
	Unidade	A		12
CONVÊNIOS RESTITUÍDOS				
Estudos e Elaboração de Projetos e/ou Co		M. Fis	1	
	Unidade	A	٠	1
PROJETOS ELABORADOS				
Manutenção e Operacionalização da Secret		M.Fis.	1	
aria de Agricultura	Unidade	A	F	1
ATIVIDADES REALIZADAS				
Manutenção de Máquinas Agrícolas		M. Fis.	4	
	Unidade	A		4
MAQUINAS MANTIDAS				
Melhoria da qualidade da água		M. Fis.	10.000	10000
ÁGUA TRATADA	Litros	A		10:880
Producão Agropecuária e		N FC		
do Produtor	U. Monetária	M. Fls.	4	4
E QUALIFICADO		;		
Melhoria das Estradas		M. Fis.	30	30
	Km	A		30
ESTRADAS RECUPERADAS				

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria de Agricultura	icultura		
PROGRAMA: 027 - Modernização da Secretaria de Agricultura	ria de Agricultura		
OBJETIVO: Propiciar melhor atendimento da Secretaria aos Produtores Rura	da Secretaria aos Pro	dutores Rurais	
Exposição Agropecuária - custeio	M.Fis.	1	1
	U. Monetária A		
ATIVIDADES REALIZADAS			
Núcleo de Defesa Animal	M.Fis.	2	2
	Unidade A		
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS			
Melhoramento Genético (Inseminação Artif	M.Fis.	2	2
icial)	Unidade A		
ATIVIDADES REALIZADAS			
REFORMAS E AMPLIAÇÕES DO PARQUE DE EXPOS	M.Fis.	0	0
IÇÕES	Unidade P		
PARQUE DE EXPOSIÇÃO REFORMADO E AMPLIADO			

ANEXO DE METAS LDO - 2015

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria de Agricultura

PROGRAMA: 028 - Fomento à Produção Agrícola

OBJETIVO: Proporcionar aos produtores e suas famílias a melhoria tecnológica visando um melhor atendimento ao produtor.

Ação	Unidade de			
Produto	Medida	Tipo	2015	1
Construção de Estufas e demais obras - a		M.Fis.	4	Total
gricultura	Mt2	P		42
ESTUFAS CONSTRUÍDAS				
Manutenção e operacionalização do horto		M. Fis.	1	4
municipal e departamento agropecuário	Unidade	A		_
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS				
Convênios-Tarifas-Agricultura		M.Fis.	12	10
	Unidade	A		7.2
TARIFAS PAGAS				
Apoio ao Desenvolv. do Setor Agropecuári		M.Fis.	22	
o e Assist. Financ. à Associações e afin	Unidade	קי		2
s- Convênios				
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS				
Capacitação Técnica e mão-de-obra dos Pr		M. Fis.	1	
	Unidade	A		1
PRODUTORES CAPACITADOS				
Premiação aos Participantes do Concurso		M. Fis.	10	10
Leiteiro	Unidade	A		TO
PARTICIPANTES PREMIADOS				
ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL ATRAVÉS DE POÇO ARTESIANO NO MUNICÍPIO	Unidade	M.Fis.	2	2

ANEXO DE METAS LDO - 2015

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria de Agricultura

PROGRAMA: 029 - Gestão dos recursos hídricos, florestal e do Lixo

OBJETIVO: Preservação dos mananciais hídricos, educação ambiental e manejo ecológico das reservas florestais, reciclagem de prod.

Ação	Unidade de			
Produto	Medida	Tipo	2015	Total
Promoção de Encontro Nacional de Cidades		M.Fis.	1	1
com a Agenda 21 e Manutenção do dep.Des	Unidade	A		+
envolvimento Rural				
ENCONTRO PROMOVIDO				
Confecção e Implantação de Sinalização,		M.Fis.	2	2
demarcação de novos Equipamentos Urbanos	Unidade	P		
e Rurais				
SINALIZAÇÃO IMPLANTADA				
AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA E OUTRO		M.Fis.	1	
S EQUIPAMENTOS - PRONAF	Unidade	P		
PATRULHA E EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS				
AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA		M.Fis.	5	C
	Unidade	P		
PATRULHA ADQUIRIDA				
OBRAS DE SANEAMENTO BÁSICO NOS DIVERSOS		M. Fis.	1	_
DISTRITOS	Unidade	P		
OBRAS REALIZADAS				
OBRAS DE SANEAMENTO BÁSICO - PRONAF		M. Fis.	1	1
	Unidade	P		
OBRAS REALIZADAS				

OBJETIVO: Melhoria na manutenção e conservação dos espaços públicos
PROGRAMA: 030 - Parques e Jardins
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria de Agricultura

Ação	Unidade de	w		
Produto	Medida	Tipo	2015	Total
Reforma e aquisição de equipamentos para		M.Fis.	10	10
Praças e Áreas de Lazer Públicas (Parq	Mt2	P		
uinhos)				
ESPAÇOS DE LAZER INFANTO-JUVENIS REFORMA				
Manutenção de Parques e Jardins		M.Fis.	1	1
	Unidade	A		
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS				

ANEXO DE METAS LDO - 2015

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria de Agricultura

PROGRAMA: 055 - Maximização da Produção Agrícola

OBJETIVO: Proporcionar aos produtores maior incentivo as atividades agrícolas

Ação	Unidade de	Ð		
Produto	Medida	Tipo	2015	Total
Cursos de Capacitação - Produtores Rurai		M. Fis.	1	
to.	Unidade	A		
PRODUTORES RURAIS CAPACITADOS				
ALUGUEL, ATRAVÉS DE EMPRESA DO RAMO, DE		M. Fis.	1	
CAMINHÃO DE CARROCERIA, INSUMOS DIVERSOS	Unidade	A		
ALUGUEIS REALIZADOS				

ANEXO DE METAS LDO - 2015

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria de Agricultura

PROGRAMA: 063 - Produção Animal

OBJETIVO: Incentivar a produção animal no município

Acão	Unidade de			
Produto	Medida	Tipo	2015	Total
Investimento-Psicultura		M. Fis.	4	4
	Unidade	P		
INVESTIMENTO REALIZADO				4
Manutenção do setor de desenvolvimento-P	Ď	M. Fis.	1	-
sicultura	Unidade	A		
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS				_
Construção de Canil Municipal		M. Fis.	1	-
	Unidade	P		
CANIL CONSTRUIDO				

ANEXO DE METAS LDO - 2015

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria de Agricultura

PROGRAMA: 067 - Maximização das ações de Meio Ambiente

OBJETIVO: Proporcionar o desenvolvimento politicas de preservação e conservação do meio ambiente

Ação	Unidade de			
Produto	Medida	Tipo	2015	Total
Investimentos - Meio Ambiente		M. Fis.	5	S
	Unidade	P		
INVESTIMENTOS REALIZADOS				
Ações em Gestão e Preservação Ambiental		M. Fis.	4	4
	Unidade	A		
AÇÕES DESENVOLVIDAS				
Manutenção do Fundo Municipal de Meio Am		M.Fis.	1	1
biente	Unidade	A		
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS				

ANEXO DE METAS LDO - 2015

g
JNIDADE
ORÇAMENTARIA:
Instituto
de
Apos.
Pensoes
IAPS

PROGRAMA: 036 - Modernização e Operacionalização do Instituto de Aposentadoria e Previdência de Sumidouro - IAPS

OBJETIVO: Implementar e modernizar as instalações e equipamentos do Instituto, de modo a realizar serviços de melhor qualidade.

Ação	Unidade de			
Produto	Medida	Tipo	2015	Total
Aquisição de Terrenos e Realização de Ob		M.Fis.	1	1
ras - RPPS	Unidade	P		
TERRENOS ADQUIRIDOS E OBRAS REALIZADAS				
Aquisição de equipamentos e material per		M.Fis.	ω	ω
manente para o IAPS	Unidade	P		
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE ADQUI				
RIDOS				
Manutenção e Operacionalização das ativi		M.Fis.	1	1
dades do IAPS	Unidade	A		
ATIVIDADES REALIZADAS				
Contratação de serviços de assessoria Co		M.Fis.	1	1
ntábil e de Gestão	Unidade	A		
SERVIÇOS CONTÍNUOS CONTRATADOS				
Cursos de Capacitação de Pessoal		M.Fis.	4	4
	Unidade	A		
PESSOAL QUALIFICADO				
Realização de Concurso Público para cont		M.Fis.	1	1
ratação de pessoal para o IAPS	Unidade	A		
CONCURSO PÚBLICO REALIZADO				
Encargos Sociais e outras Transferências		M.Fis.	12	12
à Pessoas	Unidade	A		
ATIVIDADES REALIZADAS				

ANEXO DE METAS LDO - 2015

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Instituto de Apos. Pensões IAPS

PROGRAMA: 066 - Benefícios Previdenciários - RPPS

OBJETIVO: Concessão de Aposentadorias, Pensões e demais benefícios previdenciários.

Ação Unid	Unidade de			
Produto	Medida Tipo	Tipo	2015	Total
Manutenção e Concessão de Benefícios - A		M.Fis.	12	12
posentadorias, Pensões e Diversos Auxíli Un	Unidade	A		
os - IAPS				
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS				

ANEXO DE METAS LDO - 2015

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Munic.de Assistência Social

PROGRAMA: 033 - Modernização e Otimização do Fundo Municipal de Assistência Social

OBJETIVO: Proporcionar à equipe do Fundo Mun. Assistência Social, a oportunidade de participar de C. e Semin. e reequipar o Fundo.

Acão	Unidade de			
Produto	Medida	Tipo	2015	Total
Aquisição de equipamentos e materiais pe		M.Fis.	5	5
rmanentes para as diversas unidades do F	Unidade	P		
.Assist.Social				
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS ADQUIRIDOS				4
Conferências e Seminários - Conselhos Mu		M.Fis.	1	1
nicipais - FMCAD	Unidade	A		
CONSELHOS E SEMINÁRIOS REALIZADOS				
Repasse Financeiro a rede credenciada do		M.Fis.	1	1
ministério da previdência e assistência	Unidade	A		
social				
REPASSES CONCEDIDOS				
Manutenção e Operacionalização do Fundo		M.Fis.	1	1
Municipal de Assistência Social	Unidade	A		
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS				
Cursos de aperfeiçoamento e capacitação		M. Fis.	1	_
profissional dos servidores do F. de Ass	Unidade	A		
ist. Social				
PROFISSIONAIS QUALIFICADOS				
Aquisição de veículo específico para os		M. Fis.	1	1
serviços pertinentes à Assistencia Soci	Unidade	P		
al				
VEICULO ADQUIRIDO				ì
MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSI		M. Fis.	1	1
STÊNCIA SOCIAL	Unidade	A		
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO CONSELHO MUN				

ICIPAL

ANEXO DE METAS LDO - 2015

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Munic.de Assistência Social

PROGRAMA: 034 - Maximização das Atividades inerentes à Assistência Social

OBJETIVO: Atender as necessidades básicas da População do Município, com uma Assistência eficaz

Ação	Unidade de			
Produto	Medida	Tipo	2015	TO+1
Distribuição de Alimentos, Medicamentos		M.Fis.	2.500	2 500
e atendimento para pessoas carentes	Unidade	A		
ALIMENTOS E MEDICAMENTOS DISTRIBUÍDOS				
Implementação e incentivo ao desenvolvim		M. Fis.	1	1
ento do trabalho e renda	Unidade	A		-
ATTVIDADES DESENVOLVIDAS				

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO Estado do Rio de Janeiro

ANEXO DE METAS LDO - 2015

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Munic.de Assistência Social

OBJETIVO: Apoiar a Criança e o Adolescente em ações que visem o seu bem estar social PROGRAMA: 035 - Modernização e Otimização do Fundo da Criança e do Adolescente, bem como a maximização de suas atividades.

Produto Produto Medida Tipo 2015 Mantençãe o Operacionalização do Eundo Unidade A Fis. 1	Ação	Unidade de			
Coperacionalização do Fundo M.Fis. 1	Produto		Tipo	2015	Total
e do Adolescente be do Adolescente be do Adolescente beschinas le equipamentos e Mat. Permanen peracionalização do Fundo da lunidade peracionalização do Fundo da peracionalização do Fundo da peracionalização do Fundo da lunidade peracionalização do Fundo da peracionalização do Conselh peracionalização do C				- 1	1
DESERVOLVIDAS le equipamentos e Mat.Fermanen peracionalização do Fundo da Unidade P SCENTIÁRIOS SADQUIRIDOS LE EQUIPAMENTOS REALIZADOS LE EQUIPAMENTOS PARA O CONSELHO MU UNIDADE E EQUIPAMENTOS PARA O CONSELHO MU ESIS. 1 DESERVOLVIDAS E EQUIPAMENTOS PARA O CONSELHO MU ESIS. 1 DESERVOLVIDAS E OPERACIONALIZAÇÃO DO CONSEL MICHAELO MU ESIS. 1 DESERVOLVIDAS PARA O CONSELHO MU ESIS. 1 DESERVOLVIDAS BASENVOLVIDAS BASENVOLVIDAS PARA O CONSELLO MONETÁTIA A M.FIS. 3 DESERVOLVIDAS DISSINOLIZAÇÃO DO CONSEL MONETÁTIA A M.FIS. 3 DISSINOLIZAÇÃO DO CONSEL MONETÁTIA A M.FIS. 3 DISSINOLIZAÇÃO DO CONSELLO MONETÁTIA A M.FIS. 3	Criança	Unidade			
Se equipamentos e Mat. Permanen M.Fis. 2 Speracionalização do Fundo da Unidade P Socente.	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS				
Percacionalização do Fundo da Unidade P	0		M. Fis.	N	3
Standurinos Nation Natio	te para a operacionalização do Fundo da	Unidade			,
Standarios Conselhos Mu Inidade M.Fís. 1					
Se Seminários - Conselhos Mu Unidade N.Fís. 1	EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS				
FMDCAD Unidade A S	os -		M.Fis.		1
SE SEMINÁRIOS REALIZADOS M.Fís. 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	nicipais - FMDCAD	Unidade			
E Equipamentos para o conselh Unidade P	CONFERÊNCIAS E SEMINÁRIOS REALIZADOS				
Unidade P	Aquisição de Equipamentos para o conselh		M. Fis.	1	
No.	o tutelar	Unidade			
do Abrigo para Menores Unidade A M.Fís. 1	EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS				
Unidade A	Manutenção do Abrigo para Menores		M.Fis.	1	
DESENVOLVIDAS M.Fís. 3 e Equipamentos para os Abrigo Unidade P s ao FMCAD Unidade P s ADQUIRIDOS M.Fís. 1 e Operacionalização do Consel Unidade A DESENVOLVIDAS M.Fís. 3 Golescente U. Monetária A M.Fís. 3 DESENVOLVIDAS M.Fís. 3 DESENVOLVIDAS M.Fís. 4 Dissionalizantes - Erradicaç M.Fís. 4 DESENVOLVIDAS M.Fís. 4 PASENVOLVIDAS M.Fís. 4 DESENVOLVIDAS M.Fís. 4 PASENVOLVIDAS M.Fís. 4		Unidade	A		
e Equipamentos para os Abrigo s ao FMCAD s ao FMCAD s ao FMCAD unidade s ADQUIRIDOS e Operacionalização do Consel	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS				
S ADQUIRIDOS S ADQUIRIDOS E OPERACIONALIZAÇÃO do Consel Unidade A DESENVOLVIDAS GRANDIZA UNIDAS OFISSIONALIZANTES - Erradicaç OBSENVOLVIDAS DESENVOLVIDAS DESENVOLVIDAS OFISSIONALIZANTES - Erradicaç Unidade A M.Fís. 4 DESENVOLVIDAS OFISSIONALIZANTES - Erradicaç Unidade A M.Fís. 12	para os		M.Fís.	ω	J.
S ADQUIRIDOS e Operacionalização do Consel Unidade A DESENVOLVIDAS garantias dos Direitos da Cri Unidade Obescente Unidade A DESENVOLVIDAS I Unidade A M.Fís. 3 DESENVOLVIDAS M.Fís. 4 DESENVOLVIDAS DIRECTION	Vinculados ao FMCAD	Unidade	P		
e Operacionalização do Consel Unidade A DESENVOLVIDAS VINIDAS V					
DESENVOLVIDAS Unidade A Grantias dos Direitos da Cri U. Monetária A DESENVOLVIDAS Ofissionalizantes - Erradicaç Iho Infantil DESENVOLVIDAS Familiar-Reintegração de Cri M.Fís. 3 M.Fís. 4 M.Fís. 4 M.Fís. 12	Manutenção e Operacionalização do Consel		M.Fis.	1	1
DESENVOLVIDAS Garantias dos Direitos da Cri U. Monetária A DESENVOLVIDAS Familiar-Reintegração de Cri M.Fís. 3 M.Fís. 3 M.Fís. 4 M.Fís. 12	ho Tutelar	Unidade			ŀ
garantias dos Direitos da Cri M.Fís. 3 dolescente U. Monetária A DESENVOLVIDAS Ofissionalizantes - Erradicaç M.Fís. 4 Iho Infantil DESENVOLVIDAS Familiar-Reintegração de Cri M.Fís. 12	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS				
dolescente U. Monetária A DESENVOLVIDAS Ofissionalizantes - Erradicaç M.Fís. 4 Tho Infantil Unidade A DESENVOLVIDAS Familiar-Reintegração de Cri M.Fís. 12	de garantias dos		M.Fis.	ω	w
DESENVOLVIDAS Ofissionalizantes - Erradicaç M.Fís. 4 lho Infantil Unidade A DESENVOLVIDAS Familiar-Reintegração de Cri M.Fís. 12		Monetária			
ofissionalizantes - Erradicaç M.Fís. 4 lho Infantil Unidade A DESENVOLVIDAS Familiar-Reintegração de Cri M.Fís. 12					
Iho Infantil Unidade A DESENVOLVIDAS M.Fís. 12	Profissionalizantes -		M.Fis.	4	4
DESENVOLVIDAS Familiar-Reintegração de Cri M.Fís. 12		Unidade			н
Familiar-Reintegração de Cri M.Fís. 12	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS				
	Familiar-Reintegração de		M.Fis.	12	12

ANEXO DE METAS LDO - 2015

UNIDADE ORÇAMENTARIA: Secretaria Munic.de Assistência Social	de Assis	tência Social	
PROGRAMA: 035 - Modernização e Otimização do Fundo da Criança	ção do Fu	ndo da Criança e d	do Adolescente, bem como a maximização do suas atimidado.
OBJETIVO: Apoiar a Criança e o Adolescente em ações que visem o	ente em aq	ções que visem o s	seu bem estar social
ança e Adolescentes abrigados e Erradica ção do Trab.Infantil	Unidade	A	
CRIANÇAS E ADOLESCENTE REINTEGRADOS			
INVESTIMENTOS - ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL		M.Fis.	1 1
INVESTIMENTOS REALIZADOS			
PROJETO - ESCOLA DE PAIS - ERRADICAÇÃO D		M.Fis.	
O TRABALHO INFANTIL	Unidade	A	1
PROJETO REALIZADO			
DEMAIS AÇÕES DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO		M. Fis.	n
INFANTIL	Unidade	A	6
AÇÕES REALIZADAS			
MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIR		M.Fis.	
EITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	Unidade	A	1
CONSELHO MUNICIPAL MANTIDO			

ANEXO DE METAS LDO - 2015

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Munic.de Assistência Social

PROGRAMA: 041 - Convênio Peti

OBJETIVO: Estabeler convênios para melhor atender a população

Ação	Unidade de		
Produto	Medida Tipo	2015	Total
Manutenção do Programa PETI	M.Fis.	1	1
	Unidade A		
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS			

ANEXO DE METAS LDO - 2015

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Munic.de Assistência Social PROGRAMA: 042 - Convênio PAIF-GESTÃO

OBJETIVO: Estabelecer convênios para melhor atender a população

a	Unidade de	Ò		
	Medida Tipo	Tipo	2015	
Aquisição de Equipamentos - Convênio - P AIF	IInidada	M.Fís.	ω	Total
	3			
Manutenção do Programa - PAIF		M. Fis.	1	1
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	Unidade	A		_

ANEXO DE METAS LDO - 2015

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Munic.de Assistência Social

PROGRAMA: 064 - Moradias Populares

OBJETIVO: Construção de casas populares

				CASAS CONSTRUIDAS
		70	onradae	The Foliage
		j	17-12-2-	ão de baixa renda
	1	M. Fis.		construção de casas populares p/ populaç
Total	2015	Tipo	Medida Tipo	Produto
			Unidade de	

ANEXO DE METAS LDO - 2015

OBJETIVO: Desenvolvimento das ações do Programa Bolsa Família UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Munic.de Assistência Social PROGRAMA: 065 - Bolsa Família

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	Manurenção do Programa - Bolsa Família	Froduto	Ação	
Unidade		Medida Tipo	Unidade de	
A	M.Fis.	Tipo	0	
	1	2015		
1	Total			

ANEXO DE METAS LDO - 2015

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Munic.de Assistência Social

PROGRAMA: 074 - OTIMIZAÇÃO DAS AÇÕES AO IDOSO

OBJETIVO: Promover Atenção ao Idoso, fazendo cumprir o estatuto e melhoria na qualidade de vida.

AÇÃO	Unidade de			
Produto	Medida	Tipo	2015	
REEQUIPAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIR			2010	Total
EITOS DO IDOSO		M.F.LS.	ω	w
EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS	onrade	r		
DESENVOLVIMENTO DAS ATTUIDADES DO ETATOS				
MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO	Unidade	M.FlS.	G	₩.
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS		;		
AÇÕES ASSISTENCIAIS AO IDOSO		M.Fis.	15	
AÇÕES IMPLEMENTADAS	Unidade	A		15